



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Boa tarde, Srs.

Vereadores, Sras. Vereadoras. Com 16 vereadores, há quórum.

O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Boa tarde a todos.

Cumprimento aqui a nossa Presidente, a Ver.^a Comandante Nádia; na pessoa dela, todos os vereadores; aqueles que nos assistem pela TVCâmara, pelos canais digitais da TVCâmara. Trago um assunto aqui: mendigo, CLT, pedreiro e pobre são os apelidos dados por colegas de uma turma a uma criança de nove anos em São Luís do Maranhão. O caso foi descoberto pelo pai da vítima, o jornalista e radialista Ismael Filho. A carteira de trabalho desenhada em uma folha de papel e dada à criança pelos colegas e turma, foi encontrada pela família e continha as seguintes informações escritas à mão: Profissão: pedreiro civil, salário R\$ 50,25 por ano, jornada de trabalho 18 horas por dia. A escola onde Gustavo estuda em São Luís é uma instituição particular em que ele é aluno bolsista. Para a família, e eu compartilho do meu sentimento, o fato de ele ser bolsista pode ter contribuído para que os colegas fizessem esse tipo de associação ao menino. Infelizmente, acompanhamos frequentemente casos como o aqui compartilhado, mas que não ganham repercussão. É inadmissível que esse tipo de comportamento seja tolerado e aceito como uma brincadeira. Os pais, os familiares e, acima de tudo nesses casos, os professores e direção das escolas precisam estar atentos, focados, focando menos na propagação



de ideologias político-partidárias e mais no cuidado com crianças e jovens. Protocolei a moção de solidariedade em favor do Gustavo e de sua família, que será aberta para os demais pares que quiserem endossar. E parabeno seu pai Ismael pelo cuidado, atenção e participação ativa na vida escolar do filho e que tal conduta sirva de exemplo e alerta para todos os pais.

Mas como se não bastasse esse fato ocorrido no início dessa semana, não posso deixar de comentar aqui, o ocorrido ontem na Escola Municipal João de Zorzi, em Caxias do Sul, onde três adolescentes, uma menina de 13 anos e dois meninos de 14 e 15 anos, esfaquearam a professora pelas costas enquanto ela ministrava a sua aula, sem qualquer razão. Eu pergunto: o que está acontecendo com nossas crianças e jovens? O que estão virando as escolas e universidades? Será que é a constante tentativa de desconstruir a família formada por pai e mãe, baseado em princípios que orientam sobre o amor, submissão, liderança, educação dos filhos? E aqui abro parênteses, a educação é o papel dos pais, Estado não educa, a escola ensina matemática, português, geografia e assim vai. Mas não forma cidadão, quem forma cidadão é a família. Fecho parênteses. Será que o resultado de tudo isso que estamos vendo não é fruto dessa tentativa desenfreada para a desconstrução da família e também dos seus valores? Eu já sei a resposta, apenas deixo aqui a reflexão a todos. Obrigado, boa tarde.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Hamilton.

A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Boa tarde, saudar aqui a nossa Presidente do Parlamento, Ver.^a Comandante Nádia, demais colegas e o público que nos assiste. Hoje, dia 2 de abril, Dia Mundial de Conscientização do Transtorno do Espectro Autista, uma data que lembra a inclusão não pode ser apenas um discurso bonito, mas precisa ser uma



realidade na vida das famílias atípicas. Eu venho não apenas para lembrar, e sim para reafirmar o nosso compromisso. Como vereadora e como psicóloga, minha missão tem sido garantir que as crianças, os adolescentes, os adultos tenham acesso ao que é essencial, ao diagnóstico, ao tratamento adequado, a uma educação inclusiva e políticas públicas.

Essa luta em prol da causa do autismo, muito já avançou em Porto Alegre. Criamos, aqui na Câmara de Vereadores, a Frente Parlamentar de Promoção à Saúde Mental, desde 2021 e agora foi renovada. Destinei emendas parlamentares para diversas instituições que atendem pessoas com autismo, fortalecendo então esse compromisso. Defendi sempre, aqui no Parlamento, a presença de psicólogos nas escolas, o que nós conseguimos. Defendo também a presença de psicólogos e psiquiatras nas Unidades Básicas de Saúde, o que já tem sido uma realidade na Prefeitura de Porto Alegre, através das eMultis, das equipes multidisciplinares que hoje tem uma rede coberta de quase 50% da nossa rede de atenção psicossocial.

Apoiei, desde o início, a criação do Certa, que é o Centro de Referência do Transtorno Autista. O Certa foi duramente criticado agora nessa última segunda-feira por algumas mães atípicas que vieram utilizar essa tribuna, mas precisamos reconhecer a importância do Certa. Até então, Porto Alegre, a Prefeitura não tinha um serviço como este e, hoje, nós temos. O Certa oferece uma capacidade de atendimento para 300 crianças. É pouco, sabemos, a lista de espera é maior, mas nós não podemos destruir o que tem. Nós precisamos é fortalecer o que tem e criar novos serviços. É por isso que nós estamos também lutando para o Certa Mais – Centro de Referência do Transtorno Autista – para pessoas acima de 12 anos. E é um compromisso do governo Melo, do nosso prefeito, inclusive, estava na campanha, no plano de campanha dele, e nós estamos cobrando para que isso se torne real. Apresentei também leis em prol do autismo. Enfim, estamos trabalhando fortemente nessa pauta. Agora, na semana que vem, no dia 8, na Comissão de Saúde, na qual eu presido, o tema será sobre o autismo. Convidamos especialistas para tratar, para abordar esse assunto. E compartilhar também



que, no dia 24 de abril, na quinta-feira, nós estamos promovendo pelo nosso gabinete um seminário sobre o Transtorno do Espectro Autista – o TEA, o TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, e o Transtorno Opositor Desafiador, que é o TOD. Então, estão todos convidados. Muito obrigada e que Deus abençoe.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino.

O Ver. Coronel Ustra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CORONEL USTRA (PL): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores; boa tarde, nobre galeria, assistentes da TVCâmara; ontem, fui surpreendido por uma imagem que me enviaram de uma faixa colocada aqui na entrada principal da Câmara de Vereadores que dizia – é um vídeo sendo passado agora aqui no painel – (Lê.): “Ódio e nojo à ditadura! Fora Ustra! Levante por memória, verdade e justiça”. (Procede à apresentação de imagem.) E, segundo o que nós levantamos por esse vídeo que foi publicado nas redes sociais, partiu do Levante Popular da Juventude. Esse episódio foi posterior ao meu Grande Expediente, do qual fiz uso aqui da tribuna desta Câmara, na última segunda-feira, dia 31 de março, em que relatei fatos da história do nosso País, do período dos governos militares, que nada mais retratei do que a verdade sobre esse período, e do qual o meu parente, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, já escreveu dois livros. O primeiro, “Rompendo o silêncio”, logo após o episódio com a então deputada Bete Mendes, no aeroporto de Carrasco, em Montevideu (Mostra livro.) e, posteriormente, o livro A Verdade Sufocada (Mostra livro.), a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Então, é um livro bastante completo, que fala toda a história do período, um livro de 700 páginas, ele nunca foi rebatido, porque aqui só tem fatos reais. O grande problema é que a esquerda não gosta que a direita defenda os seus valores, os valores conservadores, a



liberdade. Ela não é a favor do debate democrático. São os primeiros a destilar ódio. Então, nós vimos aí pela faixa e pela fala de alguns vereadores aqui na tribuna desta Câmara que também durante a minha fala me xingaram aqui, desrespeitando este Parlamento e os vereadores, destilando ódio na frente de todos os colegas, e, desrespeitando, novamente, este Parlamento. A esquerda é assim, ela tem memória curta. Apoiam ditadores comunistas, mundo afora, financiando obras em países comunistas. Há anos, o Lula e o PT articulam com articuladores de Cuba, da Venezuela, da Nicarágua, da China e da Coreia do Norte. Só em 2023, Ver.^a Mariana Lescano, nós temos aqui, o atual Presidente se encontrou com 13 ditadores mundo afora, 13 ditadores mundo afora, entre eles, Maduro, Díaz-Canel e Ebrahim Raisi. Então, uma reportagem aqui do jornal Gazeta do Povo, do ano de 2023 (Exibe documento.), onde o atual Presidente se encontrou com ditadores mundo afora. Obras financiadas pelo desgoverno do PT, tais como Porto de Mariel, em Cuba, ampliação de aeroportos também em Cuba, na Venezuela, Siderúrgica Nacional, ampliação do sistema de metrô, e até hoje nós não temos metrô nas grandes capitais brasileiras. Bilhões de dólares foram financiados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, dentre eles, financiamento a Cuba, onde deu, Ver. Tiago Albrecht e Ver. Ramiro, como garantia, charuto... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...porque Cuba não tem dinheiro. Então, como garantia, dar o financiamento a Cuba, foi charuto, charuto cubano, charuto cubano e rum. Dívidas ainda que não foram pagas, e nós bem sabemos que não serão pagas, certo? Os ataques que eu recebo desde que fui diplomado vereador e tomei posse neste Parlamento, eleito democraticamente, eles não irão me intimidar, e eu continuarei, da tribuna desta Câmara, defendendo os valores da direita brasileira, o meu Presidente Jair Bolsonaro e o povo brasileiro, e tenho certeza que contarei com o apoio da bancada de direita da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Isso prova que nós estamos no caminho certo e nós não iremos recuar. Coronel Ustra, vereador, pra cima deles!



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigado, Ver. Coronel Ustra. Temos mais algum vereador que queira falar em liderança? (Pausa.) O Ver. Alexandre Bublitz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Boa tarde; boa tarde, Presidente; boa tarde, meus colegas da plenária; quero pedir atenção, sobretudo aos meus colegas da bancada de oposição, para esse dado, que é um dado muito importante e que está sendo trazido à tona no dia de hoje. Nós temos uma fila de espera de dois mil dias para especialista em Porto Alegre. Eu vou repetir: dois mil dias. Eu não estou falando em duas semanas, eu não estou falando em dois meses, eu não estou falando em dois anos, são dois mil dias esperando para conseguir uma consulta com especialista na rede de Porto Alegre. Isso é algo inimaginável, é algo que a população não pode mais tolerar. Eu quero trazer aqui um pouquinho sobre esses dados, para explicar para vocês que Porto Alegre está com a maior fila de espera para especialidades de toda a sua história. A gente está com uma fila de espera de 206 mil pessoas para conseguir uma consulta com especialista, 206 mil pessoas aguardando por consulta com especialista, isso em fevereiro deste ano. Mas vamos olhar para o passado, como é que isso estava. Se a gente olha lá para 2021, a lista de espera era de 76 mil; em 2022, essa lista aumentou para 111 mil pessoas aguardando especialista; em 2023, aumentou para 130 mil pessoas; em 2024, 172 mil pessoas aguardando por consulta por especialista, até a gente chegar nesse número abismal de 206 mil pessoas aguardando em Porto Alegre por uma consulta de especialista. Em quatro anos, gente, em quatro anos, isso significa que a gente quase triplicou o tamanho da lista de espera por especialistas na nossa cidade. E o que explica isso? Por que a gente está tendo um aumento tão grande? Por que em quatro anos a gente triplicou o número de pessoas esperando por especialista? Isso se deve a uma política de saúde ineficaz, uma política de saúde que, a gente já vem falando há muito tempo, ia trazer suas consequências, e a gente vê hoje. Isso aqui é um problema que não é só culpa do estado, que não consegue dar



encaminhamento para a população, isso é uma culpa, sim, de política pública geral, que aconteceu lá desde o desmonte que a gente viu com a entrada do Temer no governo, fazendo uma precarização do sistema público de saúde no Brasil inteiro, e aqui em Porto Alegre isso não foi diferente. A gente teve, desde a gestão do Marchezan, uma redução cada vez maior do investimento na saúde, a gente teve uma redução nos contratos de municipais para trabalhar dentro da saúde, chegando a um ponto onde foi feita uma terceirização geral da saúde em Porto Alegre. Hoje os postos de saúde são 95% terceirizados, isso significa que não tem servidor lá fazendo atendimento, mas sim o trabalhador terceirizado. E, gente, isso traz uma consequência, esse trabalhador que está lá, por mais bem intencionado que ele seja, a terceirização é um jeito de a gente fazer um atendimento mais baratinho. Tu vais lá, paga menos para o trabalhador, tu dá um jeitinho ali para a coisa andar, mas o que é, na verdade? É um corte de gastos, é isso que a Prefeitura faz há muitos anos, é isso que ela vem fazendo nos seus quatro anos de gestão, e a gente vê as consequências disso. Vereadores, meus colegas, quando a gente fala aqui para vocês que a terceirização ela gera, sim, um resultado negativo para a população, é sobre isso que a gente está falando. As coisas que são votadas e decididas aqui, que muitas vezes o pessoal nem presta atenção, vai lá e vota de qualquer jeito, elas trazem uma consequência real, inclusive com morte... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...perdem-se vidas da população. Isso está acontecendo aqui em Porto Alegre e isso vem acontecendo também no Rio Grande do Sul. O estado do Rio Grande do Sul adotou políticas que basicamente reduziam os gastos na saúde, aí a gente teve a contratualização, a terceirização de vários hospitais que acabaram fechando, onde a gente tinha a tentativa da iniciativa privada em conseguir o lucro. Nessa tentativa de conseguir o lucro não se visa a qualidade do atendimento ou o bem-estar da população, mas sim o bolso do empresário. Aí a consequência chega, e a consequência está aqui na nossa frente: dois mil dias aguardando um especialista. O governo Lula tem feito medidas para tentar melhorar isso: aqui em Porto Alegre a gente teve uma ampliação gigantesca do



GHC; aqui em Porto Alegre também a gente está tendo ampliação do Hospital de Clínicas, hospitais federais que estão conseguindo fazer um atendimento maior para a população. Com o Programa Mais Acesso a Especialistas, a gente vai conseguir ampliar ainda mais esse atendimento para toda a população. Mas se a Prefeitura de Porto Alegre não fizer nada, se o governo do Estado não fizer nada, essa fila só vai aumentar. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Alexandre Bublitz.

A Ver.^a Mariana Lescano está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARIANA LESCANO (PP): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores; boa tarde a quem nos assiste pela TVCâmara; boa tarde, galeria. Venho aqui hoje, mais uma vez, reestabelecer a verdade, que é o que a gente mais faz neste Parlamento, já que temos uma oposição mentirosa e chorona. Vou inclusive, hoje, pedir para os meus assessores entregarem lencinhos aos vereadores da oposição que resolveram fazer uma denúncia minha e do Ver. Ustra. “Oposição denuncia vereadores de Porto Alegre ao MPF por apologia...” blá-blá-blá. Engraçado que denunciar o Oruam por apologia ao crime, à violência contra a mulher, ao uso de droga, isso não querem. Mas vamos lá. Já que o choro é livre, a gente vem aqui para mostrar a verdade. Vocês não vão me calar, tampouco me intimidar. Ainda vivemos num País livre e com democracia, mesmo que relativizada pela coligação PT e STF. E eu sou policial penal há 10 anos, sou acostumada a lidar com bandidos, não serão vocês que vão me intimidar. Vocês distorcem o que nós estamos vivendo hoje no Brasil, não seria diferente vocês distorcerem o que vivemos no passado, na história. Mas já que vocês querem tanto falar em democracia, vamos falar em democracia. Começando pelo Fórum de São Paulo, onde o Lula, juntamente com o ditador Fidel, e, em 1997, juntamente com a FARC, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, tentaram de todas as maneiras



implementar o comunismo na América Latina. Vamos falar sobre o Che Guevara (Mostra imagem de Che Guevara.), que, como vocês podem perceber, está com uma flor na mão, uma flor ou um guarda-chuva. Che Guevara, ídolo da esquerda, que fuzilava gays, cristãos, que fez diversos campos de trabalho forçados e matava, com essa arma aqui, qualquer um que se opusesse ao regime dele. Mas ele é um democrata. Vamos falar sobre Carlos Marighella (Mostra imagem de Carlos Marighella.) Aqui: Manual do Guerrilheiro Urbano, o grande amor dos esquerdistas. (Exibe manual.) O que que continha nesse manual? Como matar policiais, como colocar bombas em espaços públicos, como sequestrar autoridades. Era isso que ele ensinava, dentre tantas outras coisas absurdas. A gente também pode falar sobre a Aliança Libertadora Nacional, em que Carlos Marighella era o líder e que, nos 10 anos de governo militar, assaltou mais de 150 bancos, realizou mais de 40 atentados à bomba, sequestrou e torturou 4 diplomatas e ainda sequestrou 8 aviões. Mas tudo isso, não se preocupem, foi em nome da democracia. Além disso, a gente pode lembrar do Holodomor, onde foi morto um povo de fome pelo comunista que vocês tanto idolatram. A gente pode lembrar de Mao Tsé-Tung, que também matou mais de milhões de pessoas, um comunista nato. Ou, quem sabe, a gente pode ir não muito longe e falar sobre Venezuela, Cuba, Nicarágua, regimes comunistas apoiados e financiados pela esquerda brasileira, que até hoje matam de fome e matam qualquer opositor político. Além disso, à ditadura que vivemos no Brasil hoje, vocês aplaudem. Não pode se contestar o PT, não pode se contestar o STF. Acabaram de pedir a prisão do Bolsonaro, motivo? Porque ele quer fazer uma manifestação em favor da anistia. Engraçado que a anistia terrorista neste País, eles acharam o máximo. Mas vocês também gostam e aplaudem o MST, um movimento criminoso. Vocês gostam e aplaudem, além do MST, outros terroristas como o Hamas; tudo isso dizendo que estão defendendo o povo palestino. Deixem de ser covardes, sejam homens e mulheres, debatam comigo na tribuna, venham mostrar a verdade de vocês. Não vão correndo para o MPF fazer aquilo que vocês não conseguem fazer. Não vão me calar, continuarei falando,



defendendo os presos anistiados do 8 de janeiro, defendendo a liberdade, a democracia, o Brasil verde-amarelo, porque para mim, comunista não deveria existir...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada.

VEREADORA MARIANA LESCOANO (PP): ...e nem o partido que vocês tanto ostentam: a foice e o martelo. Aliás, com os comunistas no poder, muitos de vocês, queridos opositores políticos, não estariam nem aqui neste Parlamento. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Mariana. É questão de ordem? Pois não, vereadora.

Vereadora Natasha Ferreira (PT): Presidente, questão de ordem, não é nada relacionado à fala da Ver.^a Mariana Lescano. A assessora da Ver.^a Mariana Lescano, aquela ali, estava filmando os vereadores de oposição, e há um acordo da Casa de não filmar, inclusive entre líderes. Então eu sugiro, Presidente, que ela apague, ela apague, vereadora, porque há um acordo, que ela apague a filmagem, porque nós, oposição, não estamos fazendo isso. Inclusive, eu gostaria que a Presidente...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, vereadora. Só um momentinho. Só um momentinho. Não, não, só um pouquinho. Ver.^a Mariana, eu gostaria aqui de informar todos os vereadores que nós temos, aqui nesta Casa, uma Resolução de Mesa que proíbe qualquer assessor filmar outros vereadores que não seja o seu vereador. Então, eu vou solicitar que a sua assessora apague, Ver.^a Mariana, porque isso é uma Resolução de Mesa, serve para todos. Agora, o vereador, só um momentinho...

(Aparte antirregimental.)



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Estou falando assessores aqui, e se tiver assessor lá fora também filmando vereador aqui dentro, está proibido. E cada vereador tem o direito de vir falar à presidência da Câmara aqui, e não será admitido nem assessor aqui dentro, nem assessor lá fora, filmando outro vereador que não seja o seu vereador.

Vereadora, a senhora tem uma questão de ordem?

Vereadora Mariana Lescano (PP): Me falaram sobre a questão da minha assessora estar filmando, vou verificar, se tiver não vai ser usado. A senhora não se preocupe, Ver.^a Natasha, eu não fico fazendo *meme* com colega como a senhora faz na sua rede social.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereadora. Então, só retomando, para os vereadores que não leram ainda essa resolução, que todos, então, para que a gente tenha uma convivência harmoniosa e pacífica nesta Câmara, todos os assessores estão proibidos de filmar a não ser o seu vereador.

A Ver.^a Grazi Oliveira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Uma boa tarde a todos e a todas que acompanham esta sessão presencialmente e a quem nos acompanha pela TVCâmara. Hoje é o Dia Internacional de Conscientização do Autismo, um dia em que a gente vem celebrando, mas fazendo a luta, e ela não pode cessar dentro do nosso Parlamento. Por que eu estou dizendo isso? Nós estamos dentro de um local onde nós apresentamos propostas de lei para melhorar a vida das pessoas. Nós apresentamos projetos que acreditamos que vão qualificar o atendimento das pessoas com que convivemos, sejam na educação, sejam na saúde, na assistência, na segurança e na habitação.



E hoje eu estou vindo até aqui, além de ser um dia importante para estarmos fazendo essa fala, fazendo esse registro, mas também para ecoar as vozes das famílias atípicas. Nessa segunda-feira, nós tivemos a presença de três mães que usaram essa tribuna e fizeram uso dessa tribuna para denunciar os desmontes que estão acontecendo em relação ao atendimento dos seus filhos e filhas atípicos. Eu vim aqui tornar isso mais reverberado ainda, através da fiscalização que nós realizamos no mês passado, no Certa – Centro de Referência do Transtorno Autista, um centro de atendimento às pessoas com TEA, ou autismo. E quero trazer para os vereadores e vereadoras algo que, para nós, nos custa muito caro, que é quando nós elaboramos uma política e essa política não se efetiva, ela não entra em execução, e é o que vem acontecendo com a lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012). Esta lei foi instituída em 2012 e garante que as pessoas com autismo tenham prioridade no atendimento à saúde, no atendimento à educação, no atendimento à assistência. Infelizmente, o prefeito Melo, no mês passado, ao iniciar o ano letivo nas escolas do nosso Município, fez a retirada de todos os monitores de inclusão das escolas do município de Porto Alegre. Monitores esses que tinham vínculo com as crianças com autismo, monitores esses que já conheciam quais eram as limitações, monitores esses que ajudavam na organização das pessoas com autismo. Nós tivemos uma perda muito grande dentro da política da educação, quando nós tivemos um gestor, e quando nós temos um gestor, que acredita que qualquer pessoa está habilitada a atender às pessoas com deficiência, e em especial o autismo, e não é real. Nós precisamos de profissionais preparados, nós precisamos de profissionais formados e essa foi uma das primeiras reivindicações das mães que estiveram aqui na segunda-feira.

A segunda reivindicação dessas mães foi sobre o atendimento no Certa. A Ver.^a Sabino me antecedeu aqui e falou também sobre o Dia Mundial da Conscientização do Autismo e do número de atendimentos que o Certa hoje acolhe nesse espaço. Hoje, o Certa atende 278 crianças com autismo, mas hoje, em Porto Alegre, são mais de 3 mil crianças que precisam de



atendimento do Certa. Nós estamos minimamente aqui pedindo para que o governo, através da política pública que já é estabelecida, possa atender e olhar para o Certa e fazer com que o atendimento lá possa ter efetivação, que possa ter qualidade. Então, o segundo ponto é, realmente, nós precisamos pensar numa política de ampliação do Certa, no atendimento que nós temos no local, assim como a descentralização do serviço. A Zona Norte e a Zona Sul estão desassistidas. Não há atendimento especializado para as famílias e para as crianças atípicas.

Agora eu quero falar sobre a assistência. Nós sabemos muito bem que na maioria das famílias atípicas são mulheres que estão à frente, são as mulheres que acompanham os seus filhos, são as mulheres que têm que largar o seu emprego para poder acompanhar os seus filhos na escola, nas suas terapias, enfim. Nós precisamos pensar urgentemente, de forma coletiva, em políticas que possam garantir renda para essas mulheres.

Para concluir, Presidente, quero convidar todos os vereadores e vereadoras para quarta-feira, às 10 horas, dia 9, quando vamos estar lançando a nossa frente parlamentar em defesa das famílias atípicas, das nossas crianças atípicas e seus responsáveis. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Ver. Jonas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

Enquanto o Ver. Jonas está indo para tribuna, só gostaria de lembrar a todos os vereadores que orientem seus assessores, que aqui, internamente, apenas poderá ter assessor com crachá. Vou solicitar à Guarda também que faça essa fiscalização, para que a gente não tenha nenhum problema de assessor sem estar identificado. Também eu vou pedir a gentileza que os corredores fiquem mais liberados e que, sim, a parte de trás e as laterais possam ser ocupados pelos assessores por questões de mobilidade e também de visualização que os vereadores não estão tendo.



VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão. Agora são 15 horas e 9 minutos – vou aqui pedir alguns segundos, não um minuto de silêncio, em memória da decência e da moral que hoje o governo Melo enterrou na cidade. (Pausa.) Obrigado pelo “minuto de silêncio” pela decência e pela moral que o governo Melo enterrou nessa cidade, nomeando aquele que foi investigado, o ex-tesoureiro do MDB, investigado na Operação Capa Dura e o Melo chamou ele. E o Schirmer: Vem cá, olhou lá, tinha uma lista de CCs de todos os partidos indicados. E qual que ele escolheu primeiro para nomear na secretaria do Schirmer? O investigado. Aquele! Vamos dar um CC para ele. Qual? Quinze mil reais. Tá lá com o Schirmer, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. Tá lá, investigado nos escândalos de corrupção da SMED. Vocês sabem qual é a vara criminal que esteve fazendo busca e apreensão nesse cidadão? Aquela que investiga organização criminosa e lavagem de dinheiro. Esta vara de justiça que fez a ordem de busca e apreensão. E aí o prefeito Melo o convocou a ter um cargo novo na Prefeitura, ex-tesoureiro do MDB. Esse é o fato do dia, por isso que não tem mais decência moral, não tem como esperar respeito pelo povo de Porto Alegre, quando este é o ato administrativo desta Prefeitura, quando falta luz na cidade. Não é cobrar a Equatorial, não é multar a Equatorial por deixar faltar energia elétrica, não é garantir a água potável nas torneiras, onde está faltando, é chamar os cupinchas do MDB para ocupar cargos comissionados. Por isso eu pedi um minuto de silêncio. Obrigado a todos que fizeram um minuto de silêncio e compactuam com respeito ao povo, porque aqueles que não respeitam vivem atacando a moral da coisa pública, onde já se viu, mas eu entendo. Esse cidadão, o tal de Mateus, ele é assim ó (Gesticula.), com o filho do prefeito, o “Pablito”. Aliás, “Pablito” não é mais vereador, nem sei onde está “Pablito”. Aí a pergunta, se alguém souber, onde foi parar Pablo Melo? Onde está? Antes estava aqui entre nós, caminhando no plenário, não foi eleito, foi afastado pela justiça, esse é o filho do prefeito. E agora nem o prefeito fala mais nele, na posse dia 1º de janeiro, eu procurei o Pablo aqui, não estava na posse do pai, cadê? Mas não só isso, é uma



vergonha saber que esta cidade tem dois vereadores, o tal de Ustra e a tal de Lescano. Os dois não têm um pingo de vergonha, eles não têm vergonha de subir aqui hoje e fazer mimimi, mimimi, mimimi, eles não cobraram água para a população que está sem água, eles não cobraram energia elétrica, que até agora tem trechos aqui próximo da Câmara, Cidade Baixa, sem energia elétrica, eles não cobraram a Equatorial. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) O grande problema da cidade hoje é o temporal de segunda e vem 100 milímetros agora, na quarta-feira. Eles não cobraram, os secretários do Melo, que na segunda de noite estavam escondidos dentro de casa, eles estavam lá embaixo da cama, embaixo da mesa, com medo do temporal e a população tendo que cortar árvores pelas esquinas para poderem ir embora, por causa da obstrução do trânsito, mais de 300 árvores caídas. Esses dois vereadores não cobram políticas públicas, porque eles estão assim ó (Gesticula.), com o Melo ó (Gesticula.), tudo junto e misturado, não podem cobrar. Então eles vêm para cá falar de mimimi, falaram até do falecido Che Guevara, que foi assassinado pelos bandidos, ladrões, capitalistas, ditatoriais. Falaram até do Che Guevara, mas não falaram de você, Dona Maria, que está na fila do SUS e não consegue uma cirurgia. Não falaram do Sr. João, que está lá na emergência agora esperando 12 horas para um atendimento, 300% de lotação.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Jonas.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Para concluir, eles não se importam com você, que paga o salário deles, eles se importam com eles, fizeram mimimi.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Jonas. Gostaria de informar que nós temos assessores sem o crachá aqui dentro. Gostaria que quem está sem o crachá, que é recomendado aqui para dentro, saia, que não vai ser admitido. Inclusive temos aqui, eu vou começar a chamar



os vereadores para me ajudarem nisso. Tem várias falas aqui de vereadores que estão dentro do que está delimitado e outros que não estão correspondendo. Então, eu vou solicitar novamente que os vereadores cuidem dos seus assessores.

O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Boa tarde, Presidente Comandante Nádia; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde, público que nos assiste nas galerias e nas redes sociais. Subo nesta tribuna hoje para fazer algo que raramente faço, reclamar. Não tenho hábito de reclamar, porque aprendi desde cedo a trabalhar duro e a depender do meu próprio esforço. Humildemente falando, esforço nunca me faltou. Mas quando precisamos, mais uma vez, do serviço público e nos sentimos de mãos atadas, a paciência se esgota. Eu mesmo fiquei sem luz e sem água por mais de 24 horas, mas não reclamo por mim, reclamo pela população que já soma mais de 48 horas nessa situação, e isso é inaceitável. Desde o fim do temporal de segunda-feira, estive nas ruas com minha equipe, fiscalizando, cobrando e, principalmente, no telefone, pressionando os órgãos responsáveis. Aliás, meu telefone não parou um segundo, assim como imagino o de todos vocês, colegas vereadores. A grande questão é até quando vamos depender da sorte? Até quando vamos torcer para que o tempo colabore, ao invés de estarmos realmente preparados para enfrentar situações como essa? Diante disso, anuncio aqui a criação da Frente Parlamentar de Serviço Público para o Extremo-Sul de Porto Alegre, uma iniciativa que servirá para toda a cidade, Cecchim. Um dos principais temas que vamos abordar será justamente a questão dos apagões. Queremos convocar os responsáveis da CEEE Equatorial para um debate sério sobre melhorias, além dos outros órgãos competentes. O objetivo dessa frente é entender de forma clara o que está acontecendo e buscar soluções concretas. Não podemos mais ficar rezando



para que venha apenas uma chuvinha, nem continuar sem respostas quando a população nos questiona. Contem comigo sempre. Um abraço a todos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Gilson Padeiro.

O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras. Enquanto eu vinha até a tribuna, Ver.^a Natasha, eu lembrava da sessão que tivemos na segunda. E como subi, naquela oportunidade, nesta tribuna, de fato bastante emocionado, indignado, uma fala talvez inflamada. E neste momento, subo à tribuna talvez um pouco mais sereno, Ver.^a Atena, mas não menos indignado, para chamar a atenção dos colegas vereadores e vereadoras – inclusive aproveitando a atenção que tenho da Ver.^a Vera Armando –, porque tem um fato que tem me chamado muita atenção. Me parece que agora se pode subir à tribuna e não se ter, Ver. Cecchim, compromisso algum com a coerência, com a lógica, com o conhecimento científico e histórico. Vejam bem, tem vereadora que sobe à tribuna e diz “vivemos uma ditadura”, mas está ela própria ocupando a tribuna de uma Câmara Municipal em que foi eleita em eleições livres. Que ditadura é essa? Não consigo compreender como a mesma vereadora é base do governo Melo – Melo, que é prefeito, foi vereador, e, quando vereador, fez uma homenagem a Che Guevara. Como é que a senhora é da base do governo Melo? Eu não consigo entender. São coisas que me chamam a atenção, verdadeiramente, Ver. Pedro Ruas. Um vereador sobe à tribuna e diz o seguinte: “Não me calarão, estão tentando me intimidar, afinal, botaram uma faixa na frente da Câmara”. O mesmo vereador que defende quem no 8 de janeiro, pichou, quebrou, depredou o patrimônio público; antes disso, acampava ao lado dos quartéis pedindo, nas manifestações que haviam ao lado dos quartéis, intervenção militar. Aí, chegam a esta tribuna e dizem o



seguinte: “1964 foi um movimento por liberdade e democracia”. Sinceramente, um regime que acabou com as liberdades políticas, com os direitos políticos e com as liberdades civis... Vocês querem enganar a quem? Sejam sinceros entre nós: vocês querem enganar a quem? Acreditam naquilo que dizem aqui? É, no mínimo, no mínimo, muito desconhecimento, no mínimo. Talvez, para preservar o decoro, eu não diga aquilo que, de fato, penso sobre as manifestações feitas aqui nesta tribuna. E vejam: o conjunto dos 12 vereadores e vereadoras da oposição, de fato, fizeram uma representação no Ministério Público Federal. E eu quero dizer à vereadora – e até a nomino, Ver.^a Mariana Lescano –, que eu não tenho, neste momento, motivo algum para chorar. Talvez a senhora tenha, afinal, é o ex-presidente apoiado pela senhora que virou réu. Diga-se de passagem, se não me engano, talvez uma simpatizante sua, Carla Zambelli, cassada. E o que nós fizemos foi apresentar ao Ministério Público justamente para que sejam investigados eventuais crimes praticados pela senhora. Então talvez quem tenha motivos para chorar seja a senhora. Nós não temos. E digo aqui as razões que fizeram com que fizéssemos uma representação no Ministério Público. Não pode se subir nessa tribuna e defender 1964, porque o golpe que nós tivemos foi criminoso e inconstitucional. E por essa razão, nós pedimos, Ver.^a Grazi, a investigação sobre a apologia a fato criminoso. Precisa-se investigar se não se trata inclusive de incitação a crime. Porque vocês dois disseram que precisa se fazer do presente o que foi feito lá atrás.

E termino dizendo, para concluir, Presidente, que queremos que se investigue se vocês não são parte daqueles criminosos que atentaram contra o Estado Democrático de Direito e a democracia, como fizeram aqueles que estavam no 8 de janeiro. O Ministério Público investigará. Quem terá que responder são vocês; talvez o choro fique com vocês, certamente não conosco. Estamos na luta por democracia. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereador.



O Ver. Gilvani o Gringo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS): Boa tarde a todos, boa tarde, Presidente. Eu venho aqui hoje com a questão que já passou de todos os limites, essa empresa Equatorial, essa empresa que assumiu no lugar da CEEE. O que tem por trás disso aí que o gaúcho, o porto-alegrense, tem que engolir goela abaixo? E está pagando com sofrimento, sem cabimento. Cheguei hoje em casa, era passado das duas da madrugada, e vocês vêm, senhores e senhoras, que não conseguem entrar em suas casas. Eu falo de seus apartamentos, apartamentos de 10, de 15, de 8 andares, como que vai subir em sua moradia se não tem energia? Descer é fácil, subir é difícil. E assim pessoal, eu quero deixar aqui uma informação importante a todos os vereadores, tanto da base, como da oposição. Nós temos que nos unir aqui e votar algo que bote essa empresa contra a parede e que eles tratem o porto-alegrense com o devido respeito. É esse o nosso compromisso. Não adianta a gente fiscalizar, não adianta a gente cobrar e não ter trabalho efetivo, não ter algo que eles mudem aí na rua. Nós temos que acabar com isso aí. Nós estamos reféns, inclusive nós aqui que somos representantes do povo. Eu vou falar uma coisa, pela falta de energia, o sistema de drenagem não funciona em Porto Alegre. As bombas que fazem a captação de água bruta do sistema, lá no ponto, lá no manancial, para o sistema de tratamento, também não funciona, porque não estão todas com seus devidos geradores. E eu falo assim, ó, chegou a hora de nós botar essa empresa a pagar a conta que ela deve. Ela tem que colocar os geradores à disposição nas casas de bomba. Ela tem que colocar os geradores nas casas de bomba de bombeamento de água bruta para tratamento. O pessoal dizer, assim, que faltou água, arreventou o cano. Não! O porto-alegrense tem que saber que a falta de água é culpa dessa empresa Equatorial. O sistema todo tem funcionalidade com o sistema alimentar de energia elétrica. Não funciona nada, quadro, comando, motor, não funciona nada.



Então assim, meu povo, uma empresa que foi dada, o ano que vem tem eleição, o ano que vem tem eleição, os candidatos já estão se preparando para o ano que vem. O povo já está se acostumando e já vai pensar em quem votar. Meu povo, não sejam burros, vamos ser inteligentes. O extremismo está imperado na cabeça da sociedade. É duas brigas, é esquerda e direita. Nós temos uma causa, meu povo. Uma delas é essa que eu estou falando aqui. O ano que vem tem eleição, e nós temos que entender que nós temos que olhar para as causas, para o que assola as nossas vidas e o que prejudica os nossos dias. É isso que a gente tem que pensar. Chega de discussão, chega de grito e nada dê resultado. Nós estamos sendo vendidos, o dono do nosso Estado é o estrangeiro, o dono do nosso Estado não mora aqui no Rio Grande do Sul, todos eles são de fora. Do nosso povo gaúcho... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...nem a capacidade intelectual é explorada. É isso que me deixa indignado. Eu não aturo mais, e vou dizer para vocês, para resumir aqui, essa empresa tem uma defesa muito grande, porque a petulância com que eles lidam com o povo gaúcho é fora do normal. Ontem eu me senti – eu não vou dizer para vocês. Olha, é inadmissível um funcionário te tratar como se tu fosses um nada. Por que eles têm tanta confiança? Quem é que está por trás dessa empresa? Quais cargos? Quem que está trabalhando nessa empresa? Eu digo trabalhando não, não é? Eu digo quem é que está utilizando os cargos que era para estar tendo profissional, trabalhadores no campo. Povo gaúcho, vamos nos ligar. Vamos nos antenar. O ano que vem é eleição e não podemos deixar as coisas correm goela abaixo. Chega de sermos reféns. E vamos nos ligar. O planejamento começa agora. E o ano que vem nós estaremos maneados de novo, e vem a história de vender um futuro melhor. E não vai vir. O futuro nasce hoje. É hoje que se toma ação. E não é amanhã e não é no ano que vem. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Gilvani o Gringo. Quero comunicar aos vereadores que estamos recebendo aqui a ilustre visita do comandante da Marinha, Sr. Flávio Firmino dos Santos,



comandante da Capitania Fluvial de Porto Alegre e do Sr. Márcio Abel da Silva Longo, capitão de Mar e Guerra, juntamente com um assessor parlamentar.

O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Boa tarde a todos. Queria primeiro agradecer ao Ver. Cecchim por ter cedido o tempo de liderança do governo para eu poder falar. Eu queria aproveitar a visita dos dois membros da Marinha para explicar para os vereadores a importância da visita deles hoje aqui. Eles vieram me visitar depois que me conheceram aqui durante a exposição do barco que tivemos no Pontal e com certeza vão passar no gabinete de cada um dos vereadores. Mas eles vieram aqui na Câmara de Vereadores pedir ajuda da Câmara de Vereadores e também estão buscando ajuda da Assembleia Legislativa e da bancada gaúcha. Ver.^a Vera, tenho certeza de que a senhora vai ser a favor. Por quê? Porque a Marinha do Brasil, através desses comandantes – o Firmino e o Márcio – quer colocar aqui em Porto Alegre uma escola de formação de aquaviários. O que é um aquaviário? É aquela pessoa, aquele marinheiro civil que ajuda na atracagem, ajuda na questão do próprio andamento do serviço dentro de um barco. Para quê? Para formar mão de obra especializada em Porto Alegre, porque hoje nós estamos finalmente voltando a dar atenção para o Guaíba. Finalmente agora com a dragagem, finalmente agora com a cidade voltando-se para o Guaíba, Porto Alegre precisa da formação de pessoas capazes de operar o navio, de fazer a manutenção de veículos do nosso Guaíba, de modo a fazer a atracagem, a guarda, a manutenção, o abastecimento. E, a Marinha do Brasil, através dos dois comandantes, quer colocar isso aqui em Porto Alegre. E o que é necessário para isso? Recursos de uma emenda federal, estadual ou municipal para construir a escola aqui em Porto Alegre. Quem é da Marinha, do Exército ou já foi da Aeronáutica sabe que cada uma das forças tem locais de formação. Por exemplo, o Exército é a ESA, e a EsPCEEx, e depois também a AMAN. Força Aérea tem a EPCAR, tem a questão da AFA, a Escola Naval, no Rio de



Janeiro, tem a Escola de Formação dos Oficiais da Marinha e tem também a Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante. E a formação de aquaviários que eles estão dispostos a fazer aqui em Porto Alegre vai ajudar a formar essa tripulação civil para operar navios civis aqui em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e exportar esse conhecimento. Vocês não têm a noção de o quanto as cidades se estapeiam para ter escolas desse nível na sua localidade. Exemplo, recentemente o Exército Brasileiro abriu o edital para escolher uma cidade para colocar a ESA. Estava entre Santa Maria e uma cidade lá do Norte do Brasil ou do Nordeste. Elas ofereceram contrapartidas para o Exército para poder colocar essa escola na sua cidade. Hoje, aqui em Porto Alegre, a Marinha está pedindo: “eu quero colocar em Porto Alegre”. Então, eu gostaria de convidar os vereadores para que nós façamos ou uma frente parlamentar ou uma comissão especial para que a gente possa ir na bancada gaúcha solicitar recursos para colocar essa escola aqui em Porto Alegre. Qual é o custo da colocação dessa escola? Doze milhões de reais. Doze milhões de reais para formar uma escola de formação de técnicos da marinha civil é um investimento na formação profissional de porto-alegrenses e de gaúchos. Eu tenho certeza de que todos nós somos a favor. Quem quiser se somar a essa luta, como, por exemplo, o próprio Coronel Ustra, vai ser muito bem-vindo. E eu tenho certeza de que os comandantes irão buscar os senhores, porque Porto Alegre precisa. E eu digo, nós temos tanta dificuldade de encontrar um emprego capacitado para formar os nossos jovens, a Marinha está se oferecendo para colocar isso em Porto Alegre. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) E nós, da Câmara de Vereadores, não vamos fazer nada? Eu acho que é a nossa grande oportunidade, porque se a Marinha decidir procurar outra cidade, eu tenho certeza de que a outra cidade vai se dedicar a colocar lá, porque isso, além de trazer formação profissional, gera movimentação nos hotéis, gera capacitação e torna Porto Alegre um *hub* de formação de pessoas na área da Marinha. Imaginem vocês, tem um jovem aí que vocês conhecem que está sem rumo na vida, que não sabe o que fazer. Coloca para fazer a formação na escola de aquaviários daqui da cidade de Porto Alegre, perto de



casa, e depois de dois, três, quatro, cinco meses, ele já tem uma profissão para poder trabalhar. Nós temos aqui a CNPC, que está contatando pessoas para operar barcas. Nós temos agora, com o aumento do calado, mais navios que vão circular em Porto Alegre, eu tenho certeza que é uma grande oportunidade que a gente tem que abraçar. Parabéns, comandantes, espero que todos possam contribuir também.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigado, Ver. Jessé Sangalli, que falou em liderança, pelo governo. Quero aqui cumprimentar, está nos visitando o Sr. Patricio Jardim Antunes, presidente da Câmara Municipal de Dom Pedrito. Seja muito bem-vindo, aqui é sua casa também, muito obrigada pela presença.

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder. (Pausa.)

Vereador Jessé Sangalli (PL): Desculpa, a Ver.^a Fernanda sugeriu, em vez de nós termos mais uma frente parlamentar específica para isso, abraçar a Frente Parlamentar da Orla, que ela já trata. Então, a gente pode se somar nessa iniciativa dela, só para não precisar fazer mais uma frente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Jessé. Ver. Tiago, o senhor tem... É que tem vereador na tribuna. Obrigada.

Vereadora Fernanda Barth (PL): Eu ia dizer que nós vamos fazer agora, antes do final do mês de abril, uma nova reunião da Frente Parlamentar da Orla, onde um dos temas já seria a escola pública de vela da CBVela, que vai ser colocada na Orla de Porto Alegre, e esse assunto de escola de aquaviários tem tudo a ver com a frente. Então, nós vamos chamar os dois temas para dentro da frente, saberão a data certinho.



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Fernanda.

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito obrigado, Presidente Comandante Nádia; saúdo também o nosso capitão Firmino, o nosso comandante Márcio, cujos únicos defeitos são ser flamenguistas. Brincadeiras à parte, eles estiveram no nosso gabinete ontem, sejam muito bem-vindos a esta nossa terra, contem com o partido NOVO para as pautas que V. Sas. vieram tratar aqui; está bem? Sejam bem-vindos.

Presidente, colegas vereadores e vereadoras, assistência, pagadores de impostos que nos assistem pela TVCâmara; em tempos de tanta escuridão de ideias – e já diz a frase: “somente as ideias podem iluminar a escuridão” –, em tempos em que o Judiciário persegue os opositores do partidão da República, hoje um consórcio entre o STF e o Partido dos Trabalhadores. Esta semana, Porto Alegre receberá o Fórum da Liberdade, e o Fórum da Liberdade oxigena de ótimas e boas ideias não só a cidade de Porto Alegre, como também o Rio Grande do Sul e o Brasil, e – por que não? – toda a América Latina; o mundo, diz o meu líder Ramiro Rosário, a quem agradeço pela cedência do tempo.

Estará, por exemplo, palestrando, André Lajst, ele que é da StandWithUs, que defende a liberdade para o Oriente Médio, que combate o Hezbollah, o Hamas, a Al-Qaeda e trabalha nos processos de paz para a região do Antigo Oriente Próximo. Estará também Adolfo Sachsida, ex-Ministro de Minas e Energia, que fez um trabalho excelente no último governo. Teremos também o melhor deputado federal do Brasil, Marcel Van Hattem, que neste momento é perseguido justamente por defender ideias, justamente por opinar. E esta Casa, inclusive, tem uma moção de apoio ao deputado Marcel Van Hattem. Ele será, portanto, um dos palestrantes do fórum. Estará presente também o melhor governador deste País, Romeu Zema, do Partido Novo, que



está colocando Minas nos trilhos novamente. Após desastres petistas, após má gestão tucana, Romeu Zema já está indo para o seu sexto ano de governo, e Minas não para de gerar empregos, atrair investimentos, atrair a iniciativa privada para tornar Minas um dos maiores estados, um dos maiores PIBs até mesmo da América Latina.

Então eu convido a todos que possam estar nesse fórum, que façam a sua inscrição, que comprem o seu ingresso, que estejam presentes para nós debatermos ideias de liberdade, contra a ditadura, contra a perseguição que o Judiciário vem fazendo, especialmente contra vozes da direita. E hoje vemos pela imprensa que a Polícia Federal está na cola de um ex-assessor de ministro... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...por suposta interferência. É momento de nós não retrocedermos, é momento de as ideias iluminarem a escuridão, é momento da liberdade grassar não só em Porto Alegre, nesta Câmara, como em todo o Brasil.

Parabéns ao Instituto de Estudos Empresariais por mais uma edição desse fórum e que ele, como de costume, traga novas ideias, novas práticas, novas atitudes e, por que não, novos defensores da liberdade, que uma vez convencidos que somente a liberdade do indivíduo e essa liberdade relacional vivida com outras pessoas, somente essa liberdade é que pode garantir um futuro próspero para o nosso Brasil, para a nossa América Latina e para o nosso mundo. Muito obrigado, Presidente Comandante Nádia, e todos os caminhos levam ao Fórum da Liberdade.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Tiago Albrecht. Não tendo mais nenhum vereador que queira falar em liderança, e, já passada a Pauta do dia de hoje, passamos aos apregoamentos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de



mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

Aprego o desarquivamento de diversas proposições, conforme requerimentos encaminhados pelas senhoras e senhores vereadores, tabela a qual também está sendo entregue, através dos aplicativos de mensagens, aos vereadores, vereadoras e suas assessorias.

Aprego o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, solicitando retirada de tramitação da Emenda nº 06 ao PLE nº 033/24.

Aprego a Emenda nº 08, de autoria do Ver. Jessé Sangalli e da Ver.^a Comandante Nádia, ao PLE nº 033/24.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 08 ao PLE nº 033/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Marcos Felipi, ao PLE nº 005/25.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLE nº 005/25 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 08, de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo e da Ver.^a Grazi Oliveira, ao PLE nº 006/25.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 08 ao PLE nº 006/25



à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Aprego a Emenda nº 09, de autoria do Ver. Jessé Sangalli e da Ver.^a Fernanda Barth, ao PLE nº 006/25.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 09 ao PLE nº 006/25 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Aprego requerimento de autoria da Ver.^a Juliana de Souza, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 04 e 05 ao PLE nº 006/25.

Aprego as Emendas nºs 10 e 11, de autoria da Ver.^a Natasha Ferreira e da Ver.^a Juliana de Souza, ao PLE nº 006/25.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Natasha, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 10 e 11 ao PLE nº 006/25 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Aprego o requerimento de autoria da Ver.^a Natasha Ferreira, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 10 e 11 ao PLE nº 006/25.

Aprego a Emenda nº 09, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, ao PLL nº 201/24, não sendo necessária a votação da dispensa do envio às



comissões, porquanto a proposição tramita sob a égide do art. 81 da Lei Orgânica.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, diretor. Solicito abertura do painel eletrônico para que nós possamos colher as presenças dos vereadores e ingressar na Ordem do Dia.

(15h47min) Com 24 vereadores presentes. Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Alguns vereadores não conseguiram dar a sua presença? (Pausa.) Ver.^a Juliana de Souza está presente.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
(Procede à leitura da ementa do PLL nº 130/25.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em discussão PLL nº 130/25. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Alguns vereadores não conseguiram votar? (Pausa.) Ver. Jonas Reis, como o senhor vota? Vota “sim” o Ver. Jonas Reis. Mais algum vereador que não conseguiu votar ou quer trocar o seu voto? (Pausa.) Está encerrada a votação. **APROVADO** por 33 votos **SIM**.

Vereadora Vera Armando (PP) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a retirada de tramitação do Requerimento nº 147/25. Eu vou assinar a frente votar junto com a Ver.^a Cláudia Araújo. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Vera, pela sua sensibilidade, inclusive quero parabenizá-la, a senhora tem sido muito sensível nas questões das frentes parlamentares, acolhendo o pedido de



juntar-se a outros vereadores. Solicito que os vereadores também possam fazer a mesma coisa, porque nós precisamos, de uma certa forma, ter o mínimo de frentes, não podemos só ter uma letra que troca o nome da frente, senão vai ficar até feio.

Vereador Coronel Ustra (PL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que o Requerimento nº 184/25 seja a terceira matéria a ser apreciada no dia de hoje.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Vera Armando. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Coronel Ustra. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Requeiro, Excelência, que as frentes parlamentares a serem votadas hoje o sejam em bloco. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vereador, pelo que me consta que passaram hoje da reunião de líderes, vai ser feita uma votação aqui em plenário sobre a formação das frentes parlamentares. Inclusive, eu acho que depois o Ver. Aldacir Oliboni também pode usar o aparte também para falar da sua frente... Pediu o bloco. Foi o que foi solicitado hoje de manhã. Alguma questão de ordem, Ver. Jessé, Ver. Oliboni?

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Sim, na verdade, Ver. Pedro Ruas, hoje nós tivemos essa discussão durante a reunião de líderes, e ele solicita agora a formação de bloco. Correto, vereador? Nos preocupa muito pelo partido Novo, Presidente Comandante Nádia, o que diz a justificativa de



um dos pedidos aqui de formação de frente parlamentar que estaria dentro deste bloco, que trata justamente que (Lê.): "...incentivando a colaboração em iniciativas de interesse econômico, cultural, científico e tecnológico. A comunicação com o governo, que já visitou nossa cidade quando o presidente Mahmoud Abbas foi recebido pelo ex-prefeito Fogaça, assim como com a comunidade palestina e seus líderes, fomentando um intercâmbio eficaz de experiências, programas e políticas públicas que possam contribuir para o avanço e bem-estar de nossa capital". Como nós sabemos que a Palestina é uma ditadura islâmica, sob o regime do Hamas, que tortura e oprime o seu próprio povo, eu gostaria então que o Ver. Pedro Ruas, que é o proponente, explicasse com quais lideranças do país, da Palestina, que ele deseja fazer intercâmbio cultural, econômico, social e tecnológico com a Palestina. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): A sua ideia, então, é que essa frente esteja fora do bloco? Ver. Pedro?

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Quer que eu responda? É que eu só registro, Presidente, o que já aconteceu. O presidente Mahmoud Abbas esteve em Porto Alegre, foi recebido pelo prefeito Fogaça. Nós estávamos lá como Câmara, e foi feita uma relação. Quando houve aqui a votação Brasil-Israel, foi por unanimidade... Mas eu não pedi que votassem.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Há acordo. Vamos tentar, senhores, vamos tentar. Podemos fazer um bloco de todas as outras, com exceção dessa última e essa a gente vota separado?

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Não, não, aí não. Se isso acontecer, eu vou pedir adiamento da votação, para poder conversar com as lideranças, porque isso representa, Presidente, perdão, mas isso representa uma quebra de acordo. Nós não somos uma Casa de consensos, é verdade, de dissensos.



Mas há questões mínimas que nós temos acordo, que são os direitos de cada vereadora, de cada vereador, poder trabalhar na sua base, nas suas convicções, nos seus partidos, enfim, em toda a área social que ele atua. Ora, isso não precisa ter acordo com a mesma visão sobre o tema, mas nós respeitamos as dos outros, claro, pode votar contra, enfim. Eu só estou dizendo que há um acordo – até o Ver. Ramiro pediu hoje que fossem por escrito os acordos, ou o Ver. Jessé, um dos dois pediu, corretamente, aliás, corretamente. Há um acordo que as frentes parlamentares seriam votadas, aprovadas, só isso, é isso que eu estou salientando.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereador. Ver. Oliboni, é sobre a mesma pauta? O Ver. Oliboni tem também; é sobre as frentes. Pois não, Ver. Aldacir Oliboni.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre, Presidente, primeiro dizer que nós não somos contra frentes, independente de qual é o tema, por isso estou na sugestão trazida pelo Ver. Pedro Ruas. Cabe ao vereador discutir aquele tema. Nós temos acordo antigo na Casa de que, embora alguns possam não concordar com a frente, ele pode se abster, ele pode votar contra, mas é importante votar em bloco. O cara não quer votar, não vota, tem essa liberdade. O que eu queria levantar aqui é o seguinte, é que existem frentes repetidas com o mesmo tema. Eu tenho uma frente, por exemplo, em defesa do SUS e da Atenção Básica. Bom, aí é amplo, não é. Aí tem várias frentes da área da saúde. Tem frentes que é em defesa da água, do DMAE. Isso aí, eu gostaria até que desse uns minutos de pausa para poder resolver esses pedidos que tem de frentes que estão colidindo sobre o mesmo assunto. Senão nós vamos ter problema na Casa, não vai ter espaço para discutir tudo isso. Portanto, é uma questão de bom senso.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Oliboni. Só um momentinho, só deixa eu falar essa questão aqui. Senhores,



olha só, eu tentei organizar as frentes para que elas não colidissem. Tentamos, através da Mesa Diretora, estão aqui os componentes da Mesa, que podem me auxiliar a lembrar de que nós tivéssemos um número limitado por vereador. A Mesa não chegou a consenso, até porque o plenário tem o maior voto aqui. Nós tentamos conversar com os líderes, mas também não surtiu nenhum efeito, mas concordo totalmente com o Ver. Oliboni que nós já temos algumas frentes que hoje estão sendo colocadas aqui para a votação. E muito bem fez a Ver.^a Vera Armando em retirar a sua, porque entendeu que uma outra já contemplava a mesma pauta, e ela se alia a esse vereador. Nós estamos com algumas dificuldades sobre isso, e isso é algo que nós podemos, em consenso entre todos que são líderes, tentarmos amenizar e juntar essas frentes. Ver. Ramiro.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Presidente, a senhora tem plena razão, nós precisamos e, com urgência, revisitar todo esse processo das frentes parlamentares. Esta Casa tem dezenas de frentes parlamentares que sequer uma reunião – uma reunião – é realizada, então é muito mais uma mera sinalização de virtude. Esse acordo, que o Ver. Pedro Ruas e o Ver. Oliboni aqui mencionaram inclusive, se dá dentro desse contexto onde nós temos tantas frentes parlamentares completamente inócuas e, dentro daquela visão de que cada parlamentar deveria ser responsável por aquilo que propõe, há um acordo de cavalheiros dentro da Casa que nós deveríamos passar e aprovar todas as frentes parlamentares. Porém, uma coisa é discordar de uma pauta, outra coisa é defender qualquer tipo de conexão da nossa cidade, do pagador de imposto de Porto Alegre com o regime ditatorial islâmico que existe hoje na Palestina, que persegue e oprime minorias, inclusive homossexuais. Eu tenho certeza que a esquerda aqui, que está fazendo um escarcéu devido a fala do colega Coronel Ustra, por exemplo, se fosse proposta aqui qualquer tipo de frente parlamentar em defesa de determinadas circunstâncias do próprio regime militar, a esquerda estaria aqui fazendo este mesmo papel, porque nós defendemos a democracia, e quem defende a democracia não pode querer



estar aliado a um regime ditatorial e sanguinário como é o regime palestino sob o comando do Hamas.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Ramiro. Questão de ordem, vereadora? Porque a questão de debate das frentes nós podemos fazer depois, porque tem a formação do bloco e a gente pode.

Vereadora Fernanda Barth (PL): Está bom, mas a questão é sobre a formação do bloco, todo mundo falou até agora, eu só quero dizer que eu gostaria de ter o direito de me abster ou votar contra uma determinada frente sem ter que fazer isso contra todas as outras frentes que eu quero ver funcionando. É só isso.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereadora. Senhoras e senhores, vamos fazer a suspensão da votação das frentes para ver se nós conseguimos, entre nós, conversarmos e alinharmos as frentes que estão colidindo. Pode ser dois minutos de suspensão da sessão. Solicito aos vereadores que têm frentes parlamentares colidindo, que conversem entre si para que a gente entre no consenso.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h02min.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): (16h08min) Estão reabertos os trabalhos.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Presidente, nós temos um acordo que satisfaz as necessidades politicamente corretas das vereadoras e vereadores. Eu peço a retirada, ou melhor, eu simplesmente



retiro o meu requerimento de votação em bloco, peço a retirada, era uma votação isolada antes do bloco; é só isso.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): A sua fala então é que o requerimento da constituição da Frente Parlamentar Brasil-Palestina seja votada separada do bloco.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Antes do bloco. Esse é o acordo que fizemos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ok. Obrigada.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB) (Requerimento): Obrigado, Presidente. Hoje pela manhã, na reunião de líderes, fui um defensor que nós reproduzíssemos na tarde de hoje exatamente aquilo que fizemos em uma das primeiras sessões dessa Legislatura, que foi exatamente um encaminhamento em bloco do conjunto das frentes parlamentares, em que pese as divergências políticas e ideológicas que temos em cada uma, em cada um dos debates que elas possam suscitar. E eu reafirmo aqui no microfone para todos os colegas vereadores e vereadoras, porque a preservação dos nossos acordos precisa ser algo, e a coerência sobre eles, que nós busquemos coletivamente; por isso registro aqui. E no mesmo espírito que sigo tendo de colaboração com os trabalhos na Casa, eu quero pedir a retirada – no bloco que manteremos na votação aqui, após o anúncio do Ver. Pedro Ruas – do Requerimento nº 068/25, que instituía a frente pela água; afinal, eu, o Ver. Jonas Reis e a Ver.^a Juliana de Souza chegamos a um entendimento. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Giovani Culau e Coletivo. Ficou feliz nos vereadores estarem se organizando e fortalecendo as frentes umas dos outros.



Vereador Erick Dênil (PCdoB) (Requerimento): Boa tarde a todos; conversando com o Ver. Aldacir Oliboni, nós identificamos que é possível somar esforços para compor a frente parlamentar em defesa do SUS e também da atenção básica. Então nós retiramos o nosso requerimento da frente parlamentar – retirada de priorização do Requerimento nº 158/25 – pela ampliação do horário dos postos de saúde; ficando uma só, não tendo conflito, a gente soma junto com o Ver. Aldacir Oliboni. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Erick Dênil, também pela sua sensibilidade.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Giovanni Culau e Coletivo, que solicita a retirada do Requerimento nº 068/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Erick Dênil, que solicita a retirada do Requerimento nº 158/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o bloco composto pelos Requerimentos nºs 164/25, 137/25 e 149/25. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Tendo em vista acordos realizados, passamos à votação do Requerimento nº 205/25. (Procede à leitura da ementa do Requerimento nº 205/25.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o Requerimento nº 205/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Vereadora Mariana Lescano (PP): Ver.^a Mariana registra voto “não”.



Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Ver. Ramiro e Tiago Albrecht registram voto “não”, em nome da bancada.

Ver. Jessé Sangalli (PL): O PL registra “não”. Ustra, Jessé e Fernanda.

Vereador Hamilton Sossmeier (PODE): Registro voto “não”.

Vereador José Freitas (REPUBLICANOS): Republicanos, os três, voto “não”.

Vereador Marcos Felipi (CIDADANIA): Cidadania, vota “não”.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Pobre dos meus assessores. Vamos lá, vou tentar reproduzir aqui. É só registro dos votos “não”. Com 8 votos **NÃO**, está **APROVADA** a Frente Parlamentar.

Em votação o requerimento de autoria de lideranças partidárias, solicitando a formação de bloco de proposições para votação em conjunto dos Requerimentos nºs 164/25, 137/25 e 149/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**. Está aprovado o bloco das três Frentes Parlamentares que restaram.

Em votação o bloco composto pelos Requerimentos nºs 164/25, 137/25 e 149/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
(Procede à leitura da ementa do Requerimento nº 184/25.)



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o Requerimento nº 184/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Jessé Sangalli (PL) (Requerimento): Duas coisas. Primeiro que eu refiz o cálculo, foram dez votos “não”. Só para ficar registrado. Foram dez votos. Dez votos “não”. Mas foi aprovado.

Solicito que o Requerimento nº 197/25, do Ver. Fabiano, seja o próximo a ser apreciado. Pode ser simbólico. É uma moção em apoio a um projeto de lei que pede a extinção do certificado de registro veicular. Então, quem quiser concordar e, se for possível, botar em votação para o vereador poder ter o seu projeto aprovado aqui na Câmara. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Jessé. Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, solicitando que o Requerimento nº 197/25, que é uma moção de solidariedade ao apoio do PL nº 599 do deputado estadual Rodrigo Lorenzoni, que propõe extinguir a taxa de expedição do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV – possa ser votado logo em seguida. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, que solicita que o Requerimento nº 190/25 seja a próxima matéria a ser apreciada no dia de hoje. (Procede à leitura da ementa do Requerimento nº 190/25.) (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 197/25. **(Pausa.)**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
(Procede à leitura da ementa do Requerimento nº 197/25.)



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o Requerimento nº 197/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em atenção ao requerimento recentemente aprovado, passamos à votação do Requerimento nº 190/25. (Procede à leitura da ementa do requerimento.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o Requerimento nº 190/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos ao PLE nº 033/24.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Retomamos a discussão geral e votação do PLE nº 033/24, que trata da aquisição de vagas na educação infantil etapa creche. Já discutiram a matéria o Ver. Jonas Reis e a Ver.^a Grazi Oliveira.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ver. Tiago, o senhor pode assumir aqui a presidência? Porque tem emenda desta vereadora e eu gostaria de discutir.

(Ver. Tiago Albrecht assume a presidência.)

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito bem, a Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLE nº 033/24.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Colegas vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, quero aqui discutir este projeto de extrema importância para Porto Alegre, mais especificamente para pais e mães que hoje não têm onde deixar os seus filhos na área da educação infantil. A



etapa creche é muito importante para o desenvolvimento psicológico, físico, mental e intelectual da criança. Quando temos crianças em salas de aula, quando temos a educação infantil sendo ofertada para as crianças, com certeza, nós teremos homens e mulheres muito mais preparados quando adultos.

Quero aproveitar este momento para fazer aqui também uma fala em nome das professoras que diuturnamente, e, por que não dizer, que inclusive à noite, porque levam os cadernos para correção, professores, professoras que colocam toda a sua devoção no magistério e que, infelizmente, por muitas vezes são atacadas. E aqui eu faço uma referência à professora de Caxias do Sul que foi esfaqueada por três, quatro alunos, e que isso nós não podemos aceitar. Diz respeito a outro município, mas aqui também em Porto Alegre nós tivemos casos de professoras sendo vilipendiadas, professoras sendo maltratadas, professoras apanhando de alunos, e isso nós não podemos achar normal. Isso é consequência dos dias atuais em que os valores estão invertidos. E quando nós falamos em criança em sala de aula, quando nós falamos em vagas nas escolas de educação infantil, nós estamos falando em cidadãos sendo formados para serem realmente pessoas melhores no futuro. Pais, mães que trabalham todos os dias precisam ter a garantia que seus filhos estarão bem cuidados, protegidos e aprendendo conhecimentos, seja a respeito de si mesmo, seja a respeito do outro, sejam conhecimentos que levarão para a vida como simples valores do bom dia, do boa tarde, do obrigado, do com licença, coisas que nós acabamos vendo destruídos no dia a dia da sociedade. E eu coloquei uma emenda, Srs. Vereadores, a Emenda nº 08, que diz que, em não tendo vaga nas escolas municipais, as crianças que iniciam em uma escola de compra de vaga devem ficar ali até os 5 anos e 11 meses. E por que isso? Para que não tenha o corte, a descontinuidade da ligação dessa criança com a escola, com o professor, com seus colegas, para que seja contínuo o ensino aprendizado dessa criança. Então, reforço aqui, até os 5 anos e 11 meses, que essa criança possa permanecer desde o maternal até o Jardim nível B sem precisar trocar de escola, a partir do momento que o



Município não tenha a vaga para ofertar a essa família. Isso faz com que as escolas também fiquem mais tranquilas, que pais que já estão habituados à sociedade, ao âmbito escolar, possam ter maior tranquilidade de quem são os outros pais, quem são os professores, e a criança – Ver.^a Vera – se sinta mais fortalecida, fique mais tranquila que ela não vai estar trocando de escola ano após ano. Isso é uma garantia para que a gente realmente tenha um cuidado total para com essa criança, para essa criança que está em desenvolvimento e precisa, aqui desta Câmara, todo o cuidado. Tenho certeza de que a votação da compra de vagas nas escolas particulares será uma votação por unanimidade, eu tenho certeza de que ninguém aqui quer uma criança fora da sala de aula. Lugar de criança é na escola. Muito obrigada.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito obrigado, Presidente Comandante Nádia. Passo a palavra ao Dr. Luiz Afonso para apregoar a chegada de emendas ao projeto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 09, de autoria do Ver. José Freitas, do Ver. Carlo Carotenuto e do Ver. Gilvani o Gringo.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Em votação requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 09 ao PLE nº 033/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLE nº 033/24.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Então, colegas vereadores, sobre esse projeto que prevê a compra novamente de vagas na rede da educação infantil nas creches privadas. Eu quero fazer um questionamento aos colegas: até quando a gente vai seguir com essa política



de dar dinheiro público para empresas privadas? Recentemente, abrindo um parêntese, eu fiz essa mesma discussão em relação de que depois que a Carris foi privatizada, ela teve acesso a recursos do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –, assim como as empresas de ônibus agora vão ter recursos para a compra de 600 ônibus do BNDES; a Transurb, que é uma estatal federal, foi fazer a solicitação desse recurso e teve esse recurso negado. Então, eu acho um disparate a gente seguir financiando as empresas privadas que têm como pressuposto o lucro, sendo que a gente sabe que é mais eficiente e mais barato aos cofres públicos investir na rede pública. Está dando errado na política de mobilidade urbana e já deu errado na política do governo Melo, porque essa política já existe no nosso Município. Em 2024, foram quase R\$ 2 milhões investidos para fazer a manutenção dessas vagas nas creches. A gente precisa expandir a rede municipal, expandir as redes conveniadas. Inclusive tem um acordo no sentido daquelas creches, que eram creches comunitárias, organizadas pelas famílias do bairro, que tinha uma intencionalidade de manutenção da vida da comunidade, para que as mães possam trabalhar, para que as crianças fiquem dentro das suas comunidades, não precisem se preocupar com deslocamentos. Então, tem uma concepção, hoje, de ser uma terceirização, das parcerias público-privadas, que quer cada vez mais desresponsabilizar o Município pela garantia dos direitos. Nesse sentido, a gente tem que ter um posicionamento, porque, na conta, no cotidiano, no dia a dia, quem está fiscalizando? E, sem fiscalização, cada vez mais a gente vê acontecendo acidentes, precarização, mau uso dos recursos públicos. Não é à toa todos os casos de corrupção que se instalaram dentro da pasta da educação, justamente porque esta Câmara de Vereadores não fiscaliza, não consegue acompanhar de perto todos esses contratos. Sabe-se lá quantos mais contratos vão ser estabelecidos se essa política for implementada. Então, é uma lógica de má utilização do recurso público por um lado, e negligência na garantia dos direitos da população por outro, que fica difícil votar por consenso esse projeto, como coloca a Ver.^a Comandante Nádia. É uma concepção de estado mínimo, de dar recursos públicos para



empresas privadas e não investir nas creches públicas. Enquanto houver a política de compra de vagas nas creches privadas, não vai ter expansão das creches públicas. São concepções que não cabem na mesma política pública. Essa...

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Não tem apartes, vereadora. Nessa política que já existe no nosso Município, foram investidos, como eu coloquei, R\$ 2 milhões, no ano passado, na compra dessas vagas. Neste ano de 2025 e no ano de 2026, colegas vereadores, podem ter certeza de que não vai ter investimento na expansão da rede pública nem da rede conveniada. Eu acho um equívoco ficar dando aval para uma política que a gente sabe que não resolve o problema estrutural da falta de vagas em creches. É cada vez mais dar dinheiro para as empresas privadas. Sendo que, conversando com a ex-secretária de educação, a Sônia, sobre a derrota que foi esse projeto... Esse projeto é a terceira vez que vem aqui para a Câmara de Vereadores. As empresas de educação aumentaram o valor das vagas, e aí aquele projeto de lei que antes tinha um estudo de impacto financeiro voltou para esta Câmara sem estudo de impacto financeiro, podendo liberar a quantidade de recursos que for, para garantir as sete mil vagas que estão faltantes hoje no Município. Então, a gente foi perdendo cada vez mais o controle da política pública, a gente não consegue ter um planejamento em relação a essa estrutura física que precisa ser constituída no nosso Município. Ontem mesmo a Ver.^a Grazi estava noticiando, a Escola José Loureiro da Silva, lá no bairro Cruzeiro, inundada. Então, a gente tem uma completa falta de estrutura, uma precariedade da rede pública; da rede conveniada nem se fala a quantidade de reclamações que eu repasso para a assessora do governo, está aqui a Xavier, a quantidade de reclamações das creches conveniadas, e a gente vai seguir dando dinheiro público para empresas privadas de educação. Essa lógica, pessoal, a gente tem que ter um



posicionamento. Enquanto a gente seguir cedendo às benesses do governo, a gente não vai ter a qualificação necessária das nossas entidades públicas e conveniadas da forma com que elas merecem.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado, Ver.^a Karen Santos. Questão de ordem, Comandante Nádia?

Vereadora Comandante Nádia (PL): Só uma questão de ordem para a Ver.^a Karen: em discussão, existe aparte. A senhora não quis me dar aparte, então a senhora diga bem: “Eu não lhe dou aparte.” Não é que não existe aparte; na discussão, existe. Só isso.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Perfeito. Obrigada, Ver.^a Comandante Nádia.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLE nº 033/24.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Tiago Albrecht, que preside esta sessão, demais vereadores, público que nos assiste; nós estamos discutindo um projeto de lei de origem do Executivo que trata sobre a possibilidade, a autorização na Câmara de Vereadores, para que o Município possa comprar vagas em escolas – as creches, as escolas infantis – para aquelas crianças que estão fora da escola. Então, autorizamos o Município a comprar vagas nessas escolas. Como é que funciona hoje a educação infantil? Ver. Rafael Fleck, que é um grande trabalhador da área da educação infantil, que eu tenho certeza de que vai nos ajudar, vai somar muito aqui na Câmara de Vereadores, para a gente poder tratar dessa pauta. Nós temos alguns modelos hoje em Porto Alegre: tem as escolas que são do Município, que são estatais, e temos as escolas parceirizadas, que tiveram início lá no governo do PT, chamadas de “cuida-se”, com todo respeito, Ver.^a Karen, que começaram lá nas comunidades. Quando faltava escola, o Partido dos Trabalhadores da



época fazia as “cuida-se”, e foi evoluindo. Com o passar dos anos, o Município de Porto Alegre evoluiu, e evoluiu muito, se transformaram em escolas, com uma série de exigências passou a receber mais recursos, e nós temos as escolas parceirizadas, que hoje atendem as nossas crianças – e são muito bem atendidas, por sinal, nas escolas parceirizadas. E aqui existe uma questão ideológica, uma diferença de pensamento da minha pessoa, por exemplo, com a Ver.^a Karen Santos. Ela acha que as escolas infantis e todas as escolas devem ser estatais. A nossa opinião é que as escolas têm que ser públicas, não necessariamente estatais. Nós podemos, sim, ter escolas parceirizadas, escolas que têm o poder de prestar o serviço, mas é prestado por uma empresa ou por uma instituição, no caso, as parceirizadas são instituições que prestam serviço público, que não tem nenhum custo para as pessoas, que não tem nenhum custo para os pais e para as mães. Então, é uma escola pública, não estatal. Esse é um debate que eu acho importante fazermos. Eu acho que, na minha opinião, as escolas devem ser públicas, mas não necessariamente estatais, elas podem ser feitas com instituição que não seja uma instituição do Município, seja uma parceira do Município. E nesse caso aqui, o Município que tem uma dificuldade, nós temos um déficit educacional, falta de vagas para as crianças. Hoje, essas crianças que não têm vagas acabam buscando, na justiça, através da Defensoria Pública, uma vaga na escola. Elas não têm condições de pagar, e o Município não tem vaga nas escolas estatais, não tem vaga nas parceirizadas, as pessoas têm que buscar, através da Defensoria, a justiça, para conseguir uma vaga na escola. E acaba o Município tendo que comprar uma vaga numa escola, pagando um valor mais alto ainda. Então, com a aprovação desse projeto, essa mãe não vai precisar entrar na justiça para ter uma vaga, ela vai procurar o Município, que vai ter autorização para comprar a vaga, buscar a vaga numa escola particular, certamente vai poder negociar e pagar um valor menor do que paga hoje, quando vem a ordem judicial, e o Município acaba tendo que buscar essa vaga. Então, eu acredito, tenho certeza de que esse projeto é importante para a cidade, vai desburocratizar a busca de vaga para essas mães, para esses pais que hoje



têm dificuldade e vai, desta forma, terminar o déficit que nós temos na cidade de Porto Alegre. Então, sou favorável ao projeto, votarei favoravelmente, tenho certeza de que a Câmara de Vereadores vai aprovar, porque é para o bem da cidade e das crianças de Porto Alegre a aprovação desse projeto. Muito obrigado.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito obrigado, Ver. Mauro Pinheiro.

A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para discutir o PLE nº 033/24.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Boa tarde, colegas! Como eu dizia, na segunda-feira, quando nossa sessão foi interrompida, esse é mais um projeto referente a problemas reais, Presidente Nádia, que a nossa cidade enfrenta e que foi muito debatido durante as eleições, mas é um falso remédio, uma falsa solução. O governo apresenta aqui mais um projeto dentro da sua lógica de transformar educação em uma mercadoria, fazer negócios com aquilo que deveria ser uma prioridade. Essa é a verdade, Ver. Gringo. É óbvio que nós temos que resolver o problema, Presidente, das crianças que estão fora das escolas e das mães que não têm onde deixar os seus filhos, e essa também é uma prioridade do nosso mandato. Agora, a verdade também é que hoje todo mundo está ganhando dinheiro com a educação aqui em Porto Alegre, menos os servidores e servidoras que estão, inclusive, em assembleia, neste momento, professores e professoras que não são valorizados, professores e professoras da nossa rede municipal que a cada dia perdem mais nos seus salários. Nós que estamos em greve, inclusive no dia de hoje, porque o governo Melo deve 34% para os professores e professoras, inclusive da educação infantil, nós sabemos que esse é mais um projeto da mesa dos bons negócios do prefeito. Ocorre que nós também sabemos que a falta de vaga na educação infantil é um problema concreto. São sete mil crianças entre 4 e 5 anos fora da escola, e isso é produto das escolhas políticas do governo



Melo. Vocês estão num segundo governo. Vocês, durante quatro anos, não resolveram esse problema. Desde 2016, não são cumpridas as metas do Plano Nacional de Educação e do Plano Municipal de Educação de universalização do acesso à pré-escola. Essa é a verdade que vocês não vêm falar nesta tribuna. Nós sabemos, Ver. Fleck, que a rede parceirizada, por exemplo, tem sofrido também o sucateamento, porque não recebe o repasse adequado para poder garantir, inclusive, o pagamento das profissionais, que não recebem como professoras em muitas escolas, porque a Prefeitura dá um repasse que não assegura as condições de valorização profissional para essas escolas que estão sendo fundamentais para garantir o acesso à educação infantil. Mas sobre isso o governo não fala aqui. Nós precisamos dizer vice-líder, Ver.^a Cláudia, que a compra de vagas representa, inclusive, um problema do ponto de vista orçamentário, porque aquelas crianças que estão na rede privada não contam para o censo, e a Ver.^a Grazi já havia falado sobre isso aqui, para que a gente possa receber recursos do Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Então, a gente tira o dinheiro, mas não recebe de volta. É por isso que nós queremos, sim, discutir por que a Prefeitura não amplia a oferta de vagas na pré-escola, Ver. Jonas, na rede própria. Nós temos diversas EMEFs que poderiam ofertar jardim A e jardim B, mas que não são ofertados, porque a escolha política do governo é trazer esse projeto para comprar vaga nas escolas privadas. É isso que a gente vê como lógica: terceirizar, privatizar, comprar vagas, transferir recursos públicos – Ver. Alexandre – para o setor privado. Essa é a lógica do governo. Mas nós, de um mandato que tem compromisso com as mulheres, mães solo desta cidade que há anos amargam com falta de vagas, nós votaremos favoráveis ao projeto, porque nós sabemos que este é um problema urgente. Mas registrando que a opção do governo não pode continuar sendo precarizar o que é público e fazer negócios com a educação no nosso Município. É preciso inverter prioridades.



PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): O Ver. Rafael Fleck está com a palavra para discutir o PLE nº 033/24.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Ver. Tiago Albrecht, presidindo os trabalhos, colegas vereadoras, colegas vereadores; o que me traz aqui na tribuna é a discussão do PLE nº 033/2024, que trata sobre a ampliação das vagas de 0 a 3 anos na etapa creche através da compra de vagas. Eu fui relator da matéria na reunião conjunta, me manifestei favorável à aprovação do projeto, mas fiz algumas ressalvas. Eu, como dirigente sindical, que represento as entidades sem fins lucrativos, filantrópicas, beneficentes e religiosas, as quais as escolas de educação infantil parcializadas do Município fazem parte, me manifestei no seguinte sentido: em relação ao mérito, minha opinião é de que, para diminuir o déficit de vagas na educação infantil, a melhor alternativa é a construção de novas escolas públicas, sejam elas na rede própria e, principalmente – aqui vou fazer uma defesa, Ver. Mauro Pinheiro –, na rede parceirizada, que hoje é o maior atendimento do nosso Município, que atende com excelência quase 20 mil crianças todos os dias em Porto Alegre. Mas a urgência que se faz para a gente, como bem disse a Ver.^a Juliana, incluir essas crianças nas escolas e inserir as mães trabalhadoras no mercado de trabalho, que hoje é o grande problema da nossa cidade, eu me manifestei favorável. Inegável, no entanto, que a construção e a disponibilização de novas vagas públicas esbarram na dificuldade técnico-financeira e que a urgência para a solução do problema, que é a falta de vagas no Município, não só no nosso, como em vários municípios da Região Metropolitana, a compra de vagas é uma medida emergencial importante. Uma vez que a política pública está instituída, consideramos meritória a proposta que visa ampliar o público-alvo para incluir também os alunos de 4 anos e 5 anos e 11 meses. Então, eu estou me manifestando favorável, acho e tenho demonstrado ao longo do nosso trabalho, não só como vereador aqui há três meses, mas como advogado, defensor das escolas de educação pública, de educação infantil,



que a rede parceirizada hoje é a melhor solução. Então, nesse sentido, convido os colegas e convoco os colegas a aprovarmos esse projeto.

Aproveitando aqui a tribuna, Ver. Tiago Albrecht, que preside os trabalhos, nós protocolamos uma frente parlamentar de defesa das entidades sem fins lucrativos, filantrópicas, beneficentes, religiosas aqui de Porto Alegre, que abrange as escolas de educação infantil. Convido todos, então, a assinarem comigo essa frente parlamentar e que, talvez, ao longo, talvez não, nós vamos, ao longo da frente parlamentar discutir o piso. Hoje, nós só temos o piso da educação dos professores, e nós não temos o piso das outras categorias que também são importantes para a nossa comunidade escolar. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLE nº 033/24.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Presidente em exercício Ver. Tiago, colegas vereadores e público que nos assiste, o conselheiro Marcelo, vereador, conselheiro Marcelo está por aí? (Pausa.) Está lá.

Fomos conselheiros tutelares colegas e nós sabemos muito bem o que é não ter para onde encaminhar uma criança, não é Marcelo? Então, o que eu vejo? Que essa compra de vagas, como falou o Ver. Fleck, é emergencial, pessoal – emergencial. Nós sabemos que muitas mães que hoje estão desesperadas por não ter um local para levar sua criança, deixar sua criança, vão ter a partir desse projeto aqui aprovado, estendendo então a compra de vagas. É muito bem-vindo esse projeto para aliviar essa fila tão longa, tão falada, filas em vagas em creches. Diante disso, eu e o Ver. Carlo e o Ver. Gringo, a bancada Republicanos, nós colocamos uma emenda, porque chegam muito aos nossos gabinetes sempre as entidades pedindo ajuda, orientação de o que elas podem fazer para participar dessa compra de vagas. Então nós protocolamos, nós, Republicanos, a Emenda nº 09, e a Secretaria de Educação



deverá prestar informações e orientar as escolas interessadas no credenciamento para firmar contrato para oferta de vagas. Nós sabemos que tem muitas entidades, muitas creches, Ver. Carlo, que às vezes não têm essa orientação, então nós estamos colocando aqui que essas creches vão ter a orientação, na verdade, a Secretaria de Educação já faz. Eu quero deixar bem claro que eu construí junto com o secretário de Educação essa emenda e, inclusive, ele ajudou na redação e por isso eu peço o voto favorável dos colegas vereadores, para que todas as entidades interessadas na compra de vagas venham ter a orientação da Secretaria de Educação, para facilitar a vida dos dirigentes e também para facilitar essa compra de vagas e diminuir essa fila que é, na verdade, um gargalo no nosso Município. Um abraço.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito bem, obrigado Ver. José Freitas.

A Ver.^a Natasha Ferreira, do Partido dos Trabalhadores, está com a palavra para discutir o PLE nº 033/24. Dos trabalhadores e das trabalhadoras, muito obrigado, Ver. Ramiro Rosário.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Boa tarde a V. Exas., quero aqui me ater ligeiramente ao tema. A nossa educação pública está sofrendo um apagão em Porto Alegre, não é somente falta de energia, mas é falta de um planejamento de educação pública. Faz quatro anos que o prefeito Sebastião Melo tinha ganhado as eleições no seu primeiro mandato, e é inadmissível que não tenhamos dinheiro em Porto Alegre para construir creche, que não tenhamos dinheiro para construir escola. A compra de vagas não é um remédio para curar esse apagão da nossa educação pública. Na verdade, ela protocola esse problema. Porque, primeiro, que isso vira uma moeda de troca, muitas vezes eleitoral, nessas compras, porque pegam donos de escola privada, o Conselho de Educação hoje desmontado, sem o espaço físico para funcionar, como antes também relatava a Ver.^a Grazi do PSOL, isso é grave, porque não se debate o Conselho Municipal de Educação aqui. Aliás, por que o secretário de Educação pediu que a emenda da Ver.^a Grazi fosse retirada,



quando essa emenda diz que as escolas têm que ser credenciadas pelo Conselho Municipal de Educação? Qual é o medo da gestão Melo, da sua vice Betina e do Pascoal, que é secretário, de dialogar com o Conselho de Educação, que foi eleito de forma popular, de forma democrática?

Então, antes de falar: “Ah, mas as crianças vão ficar sem creche, as crianças vão ficar sem vaga”, mas a verdade é que não tem planejamento na cidade; o que tem são emergências, e são emergências estratégicas para esta gestão, porque se este governo quisesse resolver o problema de vaga, teria resolvido assim que o Melo ganhou a sua primeira eleição. Não resolveram; agora, depois da sua reeleição, depois de Porto Alegre sofrer com as enchentes, a saída é o quê? Contratação emergencial e temporária em qualquer espaço público. Não tem concurso, não tem estrutura, não tem planejamento, não se constrói escola, não se formam professores, é tudo na base do toque de caixa, é gasto público de um governo que dizia que ia segurar o gasto da máquina pública. Então, isso aqui não é exatamente sobre ser contra ou a favor. Eu acho que as crianças devem, de fato, estar em uma sala de aula, em uma creche, com merenda, com toda a estrutura segura do ensino público. Mas nós não podemos topar, nós não podemos topar dar um cheque em branco para uma série de escolas privadas, conveniadas com a gestão, que nas eleições são apoiadoras e apoiadores do prefeito. Queremos creches públicas, com professores concursados, com espaço onde o conselho possa, de fato, atuar. O Conselho de Educação, que é deliberativo, que é um conselho fiscal, que é um conselho que tem as normas nacionais de educação pública e que zela pelas crianças de Porto Alegre, que sabe se a merenda que está sendo servida está de acordo com uma cartilha nutricional, por exemplo. Nada disso é debatido aqui. É debatido o quê? Compra vaga, bota as crianças lá. Isso é fácil, porque atua numa emergência e não na raiz de um problema, que é resolver a falta de vaga na creche e também nas escolas. Nós, da oposição, especialmente do PT, não somos contra que as crianças tenham vaga na creche, nós somos contra essa forma de mercantilizar a educação pública, que é exatamente o que o governo Melo tem feito, porque não



apresenta solução pública de Estado; apresenta uma solução que gasta dinheiro, onera o cofre público, não melhora a qualidade da educação pública e cria uma relação política muito, mas muito ruim com essas donas e donos de escolas privadas que são amigos do prefeito. Nós queremos escola pública, creche pública, queremos as cuidadoras, professoras, pedagogas fazendo concurso público, tendo uma carreira assegurada, tendo um salário digno.

Faço um apelo aqui à gestão pública, à base do governo: o Conselho de Educação não tem lugar hoje para se reunir, não tem lugar para operar, o Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre tem sido quase que destituído pela gestão. Isso é um desrespeito à educação pública. Se querem debater vaga na creche, nós temos ainda uma série de questões que nós precisamos debater, acumular e garantir vaga, mas vaga na creche que não seja uma política deste governo, seja uma política de Estado, que as crianças tenham lugar na escola, tenham merenda digna, professores e professoras bem pagos e, principalmente, as creches seguras. É isso que o PT defende e sempre defendeu.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito obrigado, Ver.^a Natasha Ferreira.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 033/24.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Ver. Tiago Albrecht; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, uma saudação especial ao nosso secretário e ex-colega Ver. Cezar Schirmer. Discutir se nós somos a favor ou não de contratar vagas para as crianças de Porto Alegre, de 1 a 4 anos, de 1 a 5 anos, mas quem pode ser contra as mães dessas crianças? Contra as crianças e contra as mães? A oposição prefere capitalizar o Simpa – Sindicato dos Municipários de Porto Alegre – a atender as mães e as crianças. Eu não vou acreditar nisso, é impossível acreditar nessa posição da oposição. Ainda há tempo de votar a favor, a oposição tem ainda a oportunidade de votar



a favor desse projeto. Não acredito em tanta maldade, em tanta maldade da oposição só para cacifar o seu sindicato. As mães e as crianças, e são muitas, são muitas, precisam deste apoio da Prefeitura, e a Prefeitura está fazendo, dentro do possível e com muito sacrifício, com muito sacrifício. Eu queria até aqui elogiar essas escolas parceiras, que prestam um serviço inestimável para essa cidade. São escolas que se dedicam e que fazem com muita competência e muito mais barato do que a escola pública. Mas aqui não vem a questão se é pública ou se é privada, aqui nós temos que discutir que as crianças e as mães têm esse direito, um direito sagrado, um direito que todos nós temos que zelar. Esse projeto não é palco para discussão ideológica. Esse projeto não é palco para se discutir público ou privado. Aqui nós temos que discutir de atender essas mães e essas crianças. Por isso eu conclamo a oposição, ainda há tempo de se redimir e votar a favor do projeto. Obrigado.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito obrigado, Ver. Idenir Cecchim. Quero saudar o Ver. Aldo Borges, nosso suplente de vereador, do PSDB, que visita a Casa neste momento. V. Exa. é sempre muito bem-vindo. Tem, inclusive, um projeto na pauta, então, Aldo, seja bem-vindo entre nós aqui. Esta é a sua Casa.

O Ver. Gilvani o Gringo está com a palavra para discutir o PLE nº 033/24.

VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS): Boa tarde a todos novamente. Eu sou muito a favor, eu digo que a necessidade faz a hora, e a gente tem que ser rápido, uma coisa que é tão importante para os pais poderem trabalhar, as crianças ficarem bem acomodadas e encaminhadas aí na linha da educação. Mas eu quero trazer aqui, eu falo que a gente trabalha sempre as opções que nos levam devido às necessidades do momento, mas a gente tem que pensar sempre no futuro e nas coisas que nos tragam uma garantia, um serviço permanente. Eu aproveitei essa deixa aqui, trouxe uma situação que eu mesmo vivenciei, estive nas comunidades: são



aproximadamente oito creches que estão inacabadas, e elas começaram em 2013, mais ou menos. E o que é que acontece? Cada creche dessas aqui, pelo que eu estive analisando, acomoda mais ou menos umas 150 crianças em cada creche. Eu convido vocês aqui, os vereadores – até eu estava falando com a Comandante Nádia agora, relacionado a uma ideia de lei –, a customizar algo dentro do próprio fluxo fiscal da Prefeitura – eu comentei isso com ela –, mas para a gente trazer aí um recurso, uma parceria com a iniciativa privada, de que eles venham concluir essas creches. O Executivo está sempre apertado, não tem recurso. Não é bem assim? Para se conseguir recurso, eu escuto muito falar isso, né? Mas a Restinga, a Mário Quintana, Colinas da Baltazar, o bairro Rubem Berta, o bairro Leopoldina, Moradas da Hípica e o bairro Mário Quintana são algumas delas. E assim, são creches bem amplas, bem estruturadas, com um pátio, e é difícil de se ver uma creche, hoje em dia, com um pátio daquele tamanho, uma estrutura tão grande do tamanho que eu vi ali. Então, eu convido vocês, vereadores, vamos apoiar esta lei aí hoje, mas convido vocês para a gente acelerar essas creches e botar elas em funcionalidade, né? E trabalhar a parceria aí com a iniciativa privada, né? É que nem eu falo, hoje as PPPs – parceria público-privada – pegaram moda e a educação, estive visitando as parcerias, são muito bem tratadas, é um serviço muito bom. Então, concluir as obras, trabalhar esse alinhamento para que agilizem essas obras, entregar as creches e abrir essa parcerização aí com a iniciativa privada, para que atendam esse serviço. Isso aqui é de extrema importância, e se nós fizermos um trabalho agora, neste mês de abril, vamos falar assim, em cima disso, eu tenho certeza de que, na parceria com a iniciativa privada para a conclusão das obras, em junho isso aqui está pronto, agosto, né? Dá para se dizer assim, até o trabalho de acertar a parcerização no ano que vem, a gente tem aqui de seis a oito creches para colocar à disposição da população de Porto Alegre. Eu falo sempre, pessoal, a gente não tem dinheiro, a gente acha a saída; e o bom governante e a pessoa que sabe fazer as coisas acontecerem, customiza, mas chega ao objetivo, seja da forma



que for, sem trabalhar necessidade extrema de contar com o recurso da mão, que seja aí do governo. Muito obrigado.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito obrigado, Ver. Gilvani o Gringo. Eu gostaria de saudar a presença do sempre Ver. Pablo Mendes Ribeiro, que está conosco, hoje, nesta tarde. Seja sempre bem-vindo, Ver. Pablo Mendes Ribeiro, aqui que é a sua casa.

A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para discutir o PLE nº 033/24.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde a todos que estão participando e atentos a esse debate tão necessário sobre o zeramento das vagas de creches. É um assunto que a gente vem acompanhando há muito tempo, o prefeito Melo fez um trabalho muito forte nesse sentido, no primeiro mandato, mas a gente sabe que a gente teve aí uma pandemia, do governo Marchezan para o governo Melo, e a pandemia quebrou financeiramente centenas de milhares de famílias, destruiu negócios, destruiu empregos, empresas, e muitas pessoas que tinham condições de ter uma vaga privada para os seus filhos estudarem tiveram que recorrer à rede pública. E não parou de aumentar o déficit das vagas nas creches do Município, que é um direito legal para que toda mulher possa exercer o seu direito de trabalhar e de ajudar em casa. Muitas vezes, as mulheres são as únicas provedoras, então a creche é absolutamente indispensável. Para além de um debate que a gente precisa fazer em relação a termos opções de creches com maior horário de funcionamento, que nós precisamos ter creches também que funcionem durante o final de semana, porque muitas mulheres precisam trabalhar sábado e domingo, às vezes, folgam durante a semana para trabalhar sábado e domingo, tem o horário comercial de funcionamento que precisa ser mais estendido. E tudo isso envolve mais vagas, mais pessoas trabalhando na educação infantil e nas creches. Eu entendo, como uma liberal que sou, que para termos a ampliação das vagas não necessariamente isso tem que ter



estrutura do Município. Se nós dispomos do recurso e podemos fechar parcerias, essas vagas podem ser oriundas de qualquer local, inclusive, e por que não, da iniciativa privada, onde nós vamos ter a obrigação de manutenção do espaço da infraestrutura por parte da iniciativa privada, desonerando o Município. E a gente tem toda a questão dos profissionais contratados que não estão na folha de remuneração do Município. E é um sistema que a gente defende há muito tempo, eu, o Ver. Ramiro Rosário, na época, o Ver. Camozzato, que era do aumento da compra de vagas, tanto na rede privada para a educação infantil como para toda a rede educacional, passando pelo ensino médio, pelo universitário. Eu acho que as pessoas têm que ter mais *voucher* educação na mão e mais direito de escolher onde querem matricular seus filhos. Porque, muitas vezes, o pai prefere uma escola ou uma creche perto do seu local de trabalho e não necessariamente perto da sua casa. E isso também é um debate que eu sei que, muitas vezes, existe a sensibilidade do poder público de fazer o ajuste, mas isso tem que ser garantido. E quando um pai tem uma criança em cada creche e tem dificuldade de deslocamento; uma criança na creche, uma criança numa escola, lá no outro lugar. Então assim, tudo que vier ao encontro da inclusão... Porque, sim, a compra de vagas em creches privadas provoca e facilita mais inclusão, é o convívio com pessoas de vários lugares diferentes, de poder financeiro diferente, de cultura diferente. Isso é inclusão, isso é pluralidade, isso faz bem para a democracia. E a questão da qualidade da educação, porque quanto mais recursos tenha uma creche privada já existente, melhor vai ser atendida a criança. Muitas vezes, o Município não tem braço para tudo, mas tem uma creche privada que oferece horta para as crianças aprenderem a mexer na terra; oferece um galinheiro para as crianças terem contato com animais, aquário; oferece uma sala de multimeios onde as crianças têm acesso a livros fora do horário da aula, ou turno inverso, ou educação digital. Tem muito a ser oferecido. A gente sabe que a escola pública carece de infraestrutura e carece de recursos financeiros, mas vamos comprar, vamos ampliar as creches na rede privada e nós vamos dar mais chance, melhores oportunidades e mais inclusão para as crianças, e



liberdade para trabalhar, para as mães que precisam exercer o seu direito. Obrigada.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito obrigado, Ver.^a Fernanda Barth.

O Ver. Alexandre Bublitz está com a palavra para discutir o PLE nº 033/24.

VEREADOR ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Boa tarde, colegas, sobretudo meus colegas que se dedicam tanto à pauta da educação, essa é uma pauta extremamente importante para Porto Alegre. Porto Alegre tem índices extremamente baixos, nós somos uma das capitais com mais baixo índice com relação à educação básica. Porto Alegre é uma cidade que tem diversos escândalos com relação a desvios de verba dentro da educação e, com certeza, esse tipo de projeto que prevê a contratualização é uma fonte de desvio de verba, então, a gente sabe que isso pode acontecer. A gente precisa debater isso com seriedade. Estamos falando aqui sobre modelos, e esses modelos não são apenas ideológicos, eles são também sobre resultados que a gente possa ter para indicadores de educação.

Eu quero trazer alguns dados, nós temos hoje 220 escolas conveniadas em Porto Alegre, sendo 99 delas da rede própria do Município, ou seja, a maior parte são conveniadas. Quando a gente vai analisar a diferença entre essas escolas, a gente precisa entender que a qualidade de educação que é dada pelas conveniadas é mais baixa. Isso não é uma questão de ideologia, isso é uma questão de a gente dar uma olhadinha nos dados, ver como é que são os resultados que a gente está tendo. Se Porto Alegre está tomando uma decisão de ampliar cada vez mais a conveniada, ao invés de ampliar a rede própria, a gente acaba, assim, piorando os indicadores de educação. Isso é necessário a gente debater. Olha só, na rede própria, hoje, em média, cada professor recebe em torno de R\$ 13,00 a hora/aula, enquanto que na rede conveniada, esse valor é ainda mais baixo, ele vai apenas para R\$



9,00 por hora/aula. Isso é muito baixo, gente, isso é um salário ridículo para professores. A gente sabe a importância dos professores aqui. Quando a gente dá uma olhadinha sobre o número de professores por escolas, chega apenas a 12 nessas escolas conveniadas, enquanto que, nas escolas do Município, da rede própria, são em torno de 20, ou seja, a gente chega a ter quase o dobro do número de professores nesses locais. E um dado que é muito importante, quando a gente vai avaliar esses professores, essas pessoas que estão lá cuidando das crianças nessas creches, nas redes conveniadas, apenas em torno de um quinto dessas pessoas tem ensino superior, enquanto que, se a gente for olhar na rede própria do Município, é quase que a totalidade. Ou seja, a gente está tendo uma precarização, uma piora na qualidade do ensino dado para essas crianças, isso é algo que a gente precisa debater. A gente não está aqui falando de ideologia, a gente está aqui falando de dados, e esses dados vão gerar uma consequência, que é qual? Porto Alegre tem um péssimo desenvolvimento na educação aqui. Não pode a gente não olhar para isso com mais calma. Vamos falar sobre o número de alunos por professor. Quando a gente está falando em número de alunos por professor, nas redes conveniadas, a gente está falando em torno de 22 nas creches, enquanto a gente está olhando para a rede municipal, apenas 10. Veja a diferença, temos um grande número de alunos para poucos professores na rede conveniada, enquanto na rede própria do Município, temos poucos alunos para um número maior de professores. É óbvio que a qualidade prestada nas escolas municipais é muito melhor do que nas conveniadas. Por isso que precisamos aqui, que estamos falando de gestão, a gente não está falando de... É algo muito sério, isso aqui realmente tem a ver com a vida e o futuro das pessoas, sobretudo, o futuro das crianças aqui de Porto Alegre. Qual é o futuro que a gente quer para a nossa cidade, se a gente não investir em educação de qualidade? Querer ampliar as escolas conveniadas é uma forma, sim, da gente precarizar o estudo, e a gente quer melhorar. É óbvio que a gente vai votar favorável a esse projeto, porque a gente tem uma necessidade, sim, de vagas na rede municipal. Ninguém aqui está debatendo isso, só que a gente precisa, sim,



colocar em debate qual é o nosso norte, qual é o nosso objetivo, para onde a gente vai rumar. E eu posso dizer para vocês: escolas conveniadas não são a melhor solução, elas geram uma pior qualidade de ensino e elas fazem com que nós tenhamos, a longo prazo, indicadores pífios na educação da nossa cidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Nós é que agradecemos pela sua fala, Ver. Alexandre Bublitz.

A Ver.^a Atena Roveda está com a palavra para discutir o PLE nº 033/24.

VEREADORA ATENA ROVEDA (PSOL): Uma boa tarde a esta Casa Legislativa. Gostaria de fazer a minha intervenção neste tema, lembrando o nosso companheiro, líder do governo, Idenir Cecchim, de uma frase célebre de, talvez, um sujeito que o senhor admire tanto quanto eu, que diz que a educação não é cara, companheiro, cara é a ignorância. E quando a gente pega a ignorância abrupta de quase, mais, aliás, de R\$ 100 milhões vinculados à corrupção na pasta da educação, que poderiam ser vinculados exatamente para fortalecer a rede pública municipal dos espaços que atendem vagas, 100% pública, universal... A grande questão é que eu não sou contra esse movimento de compra de vaga em espaços privados, primeiro, porque é uma emergência de crianças fora do espaço de segurança escolar. Essa emergência, ela pode ter vindo, sim, Ver.^a Barth, em relação à pandemia, mas será que não veio exatamente porque tivemos um caso de corrupção na secretaria municipal, em que dinheiro que deveria ter sido colocado nesses espaços para garantir vaga, para garantir manutenção, garantir o fortalecimento da rede pública municipal, não foi, porque foi para o bolso de pessoas corruptas. Queiram os senhores ou não, o Melo estando ou não nessa maracutaia, a Prefeitura é corrupta, porque houve corrupção. Se não fosse corrupta, não estaria sendo avaliada. Porém, eu venho lembrar, essa medida pode ser necessária, quando há, sim, crianças fora do espaço escolar. Leonel



Brizola, quando foi governador, em 1959, comprou vagas de escolas privadas para colocar as crianças, enquanto construía mais de 4 mil instituições escolares no território do Rio Grande do Sul, inteiro, sem a tecnologia que nós temos hoje, tributária, contábil, financeira, fiscalizatória, construiu pequenos casebres que davam sustento educacional. Então, não temos um problema emergencial aqui de falta de vaga, temos um problema emergencial de falta de vontade política e uma verdadeira análise fiscalizatória, porque eu pergunto aos senhores, esses valores vão para as instituições privadas? Nós haveremos de fiscalizar, diferente de vereadores que estavam aqui na legislatura anterior e não fiscalizaram a secretaria da Educação em relação ao rombo, inclusive sequer colocam a cara a tapa aqui para falar do tema, porque o telhado é de vidro. E nesse quesito eu quero lembrar que estaremos, sim, à disposição de fortalecer vereadoras como a professora Grazi, vereadoras como a professora Juliana, que estão à frente de uma oposição verdadeira para deixar ilibada a noção de educação pública nesse território porto-alegrense, porque, se dependesse do puxadinho, dos puxadinhos, vocês pensem que se abrirá CC – está aí, um projeto para aumentar e ampliar cargo comissionado para ajeitar a base do governo. Por que esse dinheiro não vai para fortalecer as vagas públicas do Município? Existem conveniadas, situações também de crianças que são preteridas a outras crianças, que não podem e não são escolhidas por relações locais, disputas locais. Então, quanto mais nós fortalecermos, como o Brizola dizia, a rede municipal pública, melhor tanto para fiscalizarmos, o que não é o fato que talvez os vereadores desta Casa na legislatura anterior não estiveram acostumados e não estão ainda acostumados, porque por enquanto o Fantástico tem que falar da situação de Porto Alegre, o Fantástico está fazendo a função fiscalizatória desta Casa. Entretanto, a gente vai lembrar, o nosso voto, Ver. Cecchim, é um voto crítico, sabendo da realidade da demanda dessas crianças. Entretanto, esse crítico é a respeito do programa e do projeto político que Sebastião Melo está aplicando. As famílias têm que questionar – R\$ 100 milhões. Quem é o prefeito? Sebastião Melo. Para onde foi esse dinheiro nós não sabemos, mas agora abre aí a necessidade de vagas



emergenciais. O cálculo, meus companheiros, não bate. E quando o cálculo não bate, o pau bate em alguém e dói, dói muito. Mas nós estaremos aqui para amenizar a dor. Muito obrigada.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Nós é que agradecemos Ver.^a Atena Roveda, por sua fala. A próxima inscrição é da Ver. Tanise Sabino, do MDB. Vossa Exa. tem cinco minutos, com apartes, pelo tempo regimental.

A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para discutir o PLE nº 033/24.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Boa tarde, quero cumprimentar aqui o nosso colega Ver. Tiago Albrecht, que está na Presidência dos trabalhos. Eu não poderia deixar de falar aqui sobre esse projeto. Para quem está assistindo à TVCâmara, para a gente contextualizar, nós estamos tratando do PLE nº 033/24, que autoriza a aquisição de vagas em educação infantil – etapa creche – junto a instituições de escolas privadas de ensino e educação infantil com fins lucrativos para crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica, autorizando a aquisição de vagas em todas as etapas de educação infantil, junto a instituições e escolas privadas de educação infantil com fins lucrativos para crianças em situação de vulnerabilidade social e atualiza as leis orçamentárias. Essa é a ementa do projeto. Então eu fico muito feliz que esse projeto tenha chegado aqui no Parlamento, aqui na Câmara, projeto do governo. Quero parabenizar o nosso prefeito, o nosso secretário de educação, Pascoal, porque esse projeto é muito importante.

Eu quero compartilhar que, na condição de vereadora, eu recebo quase que diariamente vários pedidos de mães solicitando vagas na educação infantil e tenho certeza de que os colegas vereadores aqui também recebem. É mensagem de WhatsApp, é mensagem nas redes sociais, pedindo, de alguma forma, implorando para que a gente consiga alguma vaga na educação infantil.



A gente tem acompanhado e realmente há um déficit, na educação, das vagas. Aqui o próprio projeto já menciona que, no momento, temos 8.122 crianças ainda aguardando por uma vaga na primeira etapa da educação básica. São 8.122 crianças que estão aguardando uma vaga na educação infantil. Isso não pode acontecer. A gente sabe da importância da educação infantil, isso já foi mencionado aqui por vários colegas. A Fernanda Barth mencionou a questão da importância das mães, que permite com que as mães também possam ter os seus trabalhos, mas também queria dizer que, do ponto de vista das crianças, a educação infantil permite um melhor desenvolvimento, inclusive cognitivo, social, emocional, motor. A escola infantil permite, inclusive, através da educação, que os professores possam observar, quem sabe, alguma possível questão de comportamento, algum possível até transtorno mental na infância, já na primeira infância. Então, assim, eu quero registrar a importância desse projeto, e o meu voto é “sim”, porque nós precisamos resolver esse gargalo da educação infantil. Muito obrigada.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado, Ver.^a Tanise Sabino.

O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLE nº 033/24.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Tiago Albrecht, meus caros colegas, é uma questão óbvia e, como bem disse a colega Ver.^a Fernanda Barth, o Partido Novo defende, sim, a compra de vagas na rede privada, a ampliação de parcerias, a ampliação da possibilidade de nós termos uma educação que segue sendo pública, porém não estatal. Agora, eu me espanto muito que o PT venha aqui nesta tribuna bater na Prefeitura de Porto Alegre com relação a vagas nas creches, sendo que é o PT o principal culpado de nós termos inúmeras obras de creches inacabadas, não apenas em Porto Alegre, mas em todo o Brasil. O PAC, que iniciou em 2007 no governo Lula e foi continuado no governo Dilma com o PAC 2 em 2010, prevê uma série



de construções de infraestrutura e também na educação. Agora, o que era uma peça publicitária linda para a campanha e que foi utilizada na campanha de Dilma Rousseff, acabou se transformando em obras inacabadas que, hoje, no lugar de ofertar vagas às crianças, oferta transtorno, insegurança, crime para diversas comunidades da nossa cidade. E já que este aqui é um debate hoje, nós estamos em período de discussão, eu convido aos colegas vereadores do PT que venham aqui, no microfone de aparte, refutar esses fatos. O primeiro, que houve falta de recursos e repasses das obras das creches em Porto Alegre pelo governo Dilma Rousseff com relação ao PAC. Um dos principais entraves foi a insuficiência de repasses financeiros do governo federal para a execução das obras. Muitas prefeituras, incluindo a de Porto Alegre assinaram convênios com valores prometidos que não foram integralmente liberados, comprometendo a continuidade dos projetos. Isso foi agravado pela crise econômica que se intensificou também no governo Dilma Rousseff, a partir de 2014, reduzindo a capacidade de investimento público. Má gestão e planejamento deficiente. O PAC teve falta de planejamento adequado e projetos muito mal elaborados. Burocratas do MEC, em Brasília, fizeram projetos iguais para todo o País, não levando em consideração as peculiaridades de cada um dos estados. A mesma creche que era supostamente prometida, projetada, para ser construída no calor de 40 graus de Palmas, era o mesmo projeto para ser construído em uma cidade como Porto Alegre, onde, no inverno, nós temos temperaturas abaixo de 10 graus. Isso se refletiu, na nossa cidade, na execução, no atraso dessas obras e na incapacidade de cumprir prazos com obras paralisadas antes da conclusão.

Terceiro ponto: burocracia e problemas com licitações. A burocracia para liberação de recursos, licenciamento ambiental, processos de licitação contribuíram para esse atraso. Inclusive, houve empresas denunciadas por má gestão de recurso público que foram retiradas dos certames, contratadas pelo governo federal, que aqui acabaram impactando diretamente na execução dessas obras.



A priorização política e o uso eleitoral: ora, meus amigos, tudo não passou de uma peça de propaganda, tanto é que o próprio *site* do PT, em 24 de janeiro de 2016, admite que – vejam só –, das 359 creches prometidas pelo PAC do PT de Dilma Rousseff ao Estado do Rio Grande do Sul, apenas 42 estavam concluídas e 76 obras em andamento até 2014.

E, por último, a crise econômica protagonizada pelo PT – e nós estamos agora vendo inclusive a possibilidade de acontecer de novo com o total e completo descontrole das contas, fazendo inclusive pedaladas fiscais, como fizeram no Pé-de-Meia – novamente fará com que a gente não tenha capacidade de repasse aos municípios. Algum vereador do PT gostaria de contrapor algum dos fatos que eu coloquei aqui?

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Para concluir, vereador.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Para concluir, ninguém veio ao microfone durante a fala. Ninguém tem nenhum ponto para falar contrário a isso, que o PT e a Dilma Rousseff são culpados pelas creches inacabadas em Porto Alegre?

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Para concluir, vereador.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): O silêncio deles diz muito, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito bem. Agradecemos ao Ver. Ramiro Rosário, do Partido Novo.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 033/24.



VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Thiago; colegas vereadores, vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde. Uma coisa é o discurso, outra coisa é a vida real. Na vida real, isso que o Ramiro fala é pura demagogia, porque uma das escolas de educação infantil a que ele se refere, construída no governo Marchezan, até hoje está abandonada, ali no Lami, Zona Sul - dou até o endereço para o nobre vereador, para o senhor ter conhecimento sobre o caso. E outra, nós somos vereadores de Porto Alegre, não somos deputados federais e não convém aqui imaginar o quanto vocês devem para o Rio Grande do Sul. Então, vereador, depois eu te passo aí, deixa eu continuar meu raciocínio. Olha só, esse projeto, para o momento, não deixa de ser interessante, porque o número de vagas, o déficit do número de vagas, o governo diz que é cinco mil, e alguns institutos dizem que chega a sete mil vagas. Nós, todos os vereadores e vereadoras, circulamos pela cidade e somos demandados pelo povo todas as semanas sobre esse déficit da educação infantil. E é óbvio que nós não somos contra, mas vejam, por exemplo, a diferença, Ver. Fleck, que tem das atuais, as antigas PPCs, que são Parcerias Público-Comunitárias, hoje são conveniadas; hoje, por exemplo, nós temos duzentas e poucas conveniadas. O servidor ou a servidora dessas conveniadas recebe R\$ 853,00. Aliás, em torno disso, oitocentos e poucos, as crianças recebem R\$ 850,00, mas com essa nova modalidade que o governo lança, Ver. Ramiro, o governo vai pagar R\$ 1,3 mil. Temos uma emenda, inclusive eu acho que a autora é a Ver.^a Grazi Oliveira, que pede equiparação, no mínimo; porque não é justo que as atuais conveniadas, que foram modelo e são modelo, e que inclusive estão ofertando vagas para o atual sistema, possam ser esquecidas num momento como este. Por que não o governo estender este espaço para as atuais conveniadas e possa possibilitar, então, zerar esse déficit tão alto que acontece na nossa cidade? É por isso que nós percebemos – embora eu diga mais, vou votar a favor do projeto –, nós precisamos reconhecer que, ao fato de ser judicializado e que obriga o Município a comprar uma vaga... Ramiro, se o senhor ou eu ou qualquer cidadão, mora, vamos dizer, ali na Auxiliadora, mas a vaga surgiu na



Cidade Baixa. Por que não tem, então, o recurso do vale-transporte, tanto para a criança quanto para a mãe? Será que as mães vão concordar com a possibilidade de compra de vaga em outro bairro da cidade, sem ter o acesso ao vale-transporte? Por isso, lhe dou a parte.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu tenho duas perguntas.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Ver. Ramiro Rosário, pelo bem do debate, vou pausar o tempo do Ver. Oliboni para vocês poderem debater.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Muito obrigado. Eu tenho duas perguntas ao senhor, Ver. Aldacir Oliboni. Se nós temos instituições de ensino sob gestão privada, mas que ofereçam vagas públicas para as crianças, é algo ruim? Porque o PT foi pioneiro no Brasil, aqui em Porto Alegre, em estabelecer justamente os convênios, na época, a parceria comunitária, para que instituições privadas cuidassem da gestão do dia a dia, inclusive da contratação e demissão de professores das nossas crianças. Se é ruim, por que vocês fizeram?

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre colega vereador, nos orgulhamos de ter criado esse sistema, porque, naquela ocasião, foi uma grande alternativa. O poder público, numa emergência como essa, passa a legitimar as entidades das comunidades, porque esses alunos são da comunidade. E o vínculo era muito mais próximo, porque, na verdade, não precisava nem de vale-transporte, é disso que nós estamos reclamando agora. Alguns governos mantiveram, mas não ampliaram tanto quanto. Este governo poderia. Este governo poderia valorizar essas entidades, por sua vez, já conveniadas, melhorar aqui o recurso por criança, e não só para judicializadas que irão no mercado particular, como V. Exa. está se referindo, e pagando



quase R\$ 450,00 a mais. Essa é a grande questão. Nós queremos equiparação, essa é a verdade. Mas nós sempre fomos favoráveis na ampliação e na redução do déficit da educação infantil.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Perfeito, vereador. Indo para a segunda pergunta, mas agora pegando um gancho também dessa, só para constar, as creches conveniadas que o senhor se refere são creches sob gestão privada. O prédio é privado; o terreno é privado; a administração, a gestão é privada; e as pessoas que são contratadas são contratadas numa relação privada ou privado. Só para dizer isso, correto?

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Olha só, essas creches são geralmente localizadas em área de vulnerabilidade.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Sim, mas eu só fiz a pergunta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Elas são entidades, é um pouco diferente do privado.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Mas é privada?

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Não deixa de ser, por isso é uma parceria.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): É privada.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): É uma parceria. Na época, nós chamamos de parceria público-comunitária. Hoje, os senhores chamam de privada.



Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Sim, o nome pode ser diferente, mas é privada.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Não sei, aí fica um critério seu, do seu conceito. Mas nós achamos que o fato de ser...

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): O prédio é público?

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): O prédio, ela é uma entidade.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Privada?

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Ela é uma entidade, é um pouco diferente uma entidade que é uma associação de bairro, uma cooperativa, porque inclusive não paga imposto, do que outra entidade que, por sua vez, é privada e tem a obrigação de recolher imposto.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Privada, portanto. A segunda pergunta, Ver. Oliboni, com relação ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – da Dilma Rousseff. O que o senhor tem a dizer aos porto-alegrenses sobre essas obras inacabadas do PAC de Dilma Rousseff na nossa cidade? Que hoje trazem tanto prejuízo a inúmeras comunidades e bairros que no local onde ia se transformar um ponto para receber as crianças para terem ali a sua educação, a sua assistência, acabaram se transformando num local de ponto de drogas, prostituição e do crime.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Não é bem assim, nobre colega vereador. Geralmente, o governo federal, quando cria um programa, ele destina recursos para os estados e municípios. Cabe aos estados e municípios construir e fazer a gestão. Por isso, eles recebem depois cada criança que ele



abriga, que ele dá a educação. Portanto, não cabe aqui, V. Exa. querer imputar na nobre e querida, a grande Presidente do País, Dilma Rousseff, que é um exemplo para todos nós, a primeira mulher Presidente do Brasil e que fez grandes mudanças no sistema educacional em todo o país. Portanto, não cabe aqui querer puxar um gancho porque não é ela responsável, mas sim os Estados e municípios que não operaram e que hoje, em tese, na sua opinião, são escolas abandonadas.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Para concluir, então, o *site* do PT, em 2016, está trazendo uma informação mentirosa?

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Então, Ramiro, olha só, o nosso Presidente está pedindo para nós ficarmos aqui no espaço. Eu gostaria que, na próxima fala sua, o senhor desse esse tempo para nós dialogarmos, num debate profícuo e importante, porque nós temos certeza de que, hoje, nós estamos aqui debatendo um projeto de lei que amplia a possibilidade de compras de vagas e que tem as suas críticas muito pontuais. Por isso, dou aparte aqui à Grazi para concluir a minha fala.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Antes da Ver.^a Grazi, o tempo fica pausado, a senhora tem todo o tempo que o Oliboni lhe der, eu só peço que todos nós nos mantenhamos afeitos ao tema para o bom andamento dos trabalhos. Vereadora Grazi, por favor.

Vereadora Grazi Oliveira (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito bem, eu queria ajudar, Oliboni, acho que a reflexão aqui a gente precisa fazer com duas posições. Lembrar o que é privado e o que é comunitário, acho que há uma confusão aí de conceitos. Nós estamos aqui discutindo um projeto de lei que compra vagas em instituições privadas com lucro, voltadas ao lucro. As OSCs, que nós temos convênio, que



partiram da própria iniciativa do PT, lá atrás - lembro da Sofia, era a secretária de Educação na época -, além de serem comunitárias, as entidades são sem fins lucrativos. Não é à toa que atualmente o governo municipal auxilia essas OSCs com outros benefícios, como alimentação, com outras tantas coisas para além do recurso. Então, acho que é importante nós termos o discernimento de que o que nós estamos debatendo aqui é a compra de vagas com dinheiro público para instituições privadas para enriquecimento próprio, porque elas não são sem fins lucrativos. Agora, as comunitárias sim, elas são sem fins lucrativos. Obrigado, Presidente.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Muito obrigado, Ver.^a Grazi, reforço aqui, para concluir, a resposta ao nobre colega Ramiro. Quero lembrar que, muitas vezes, nós aqui nos debruçamos sobre o recurso, de onde vem. Não foi diferente quando nós debatemos aqui o reajuste do prefeito, dos secretários, dos vereadores. Portanto, pessoal, vamos aprovar a emenda que equipara os recursos para as conveniadas. Essa é a grande questão, se não será um desrespeito à atual gestão que deu certo e que é a grande monitora desse sistema que deu certo. Obrigado.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito obrigado, Ver. Aldacir Oliboni.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 033/24.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu fiquei ouvindo uma sequência de parlamentares se revezar a defender que o dinheiro público, do contribuinte, vá para o privado. Vejam bem, você, cidadão ou cidadã, que sabe que as escolas do seu bairro estão caindo aos pedaços, não tem ventilador, ar-condicionado, faltam monitores, monitoras, professores, porque esta Prefeitura não consegue sequer garantir as escolas que temos em pleno funcionamento. Mas eles vêm aqui inventar um projeto, dizem eles, para comprar vagas no privado. Esse



projeto não é novo. Eu estava como vereador na legislatura anterior, agradeço o povo que me apoiou, e nós já tínhamos, naquela vez, apoiado. O governo Melo pediu: “Queremos comprar vaga no privado, queremos comprar um monte de coisa no privado”, e a Câmara lá assinou. Eu votei aquela vez, agora, não; agora, não. Agora, não, porque o Melo teve quatro anos para fazer escolas nos bairros populares, e hoje, só na Restinga, faltam mil vagas de ensino fundamental. Ele não construiu nenhuma escola, em quatro anos, de ensino fundamental, ele não cumpriu o Plano Nacional de Educação, que dizia que, em 2016, deveria ter escola para todos. Esse que fica aqui parado e olhando, o nome dele é Ramiro, foi secretário do Marchezan, foi o Marchezan que não fez a continuidade das obras das escolas. O Marchezan não quis fazer, ele abandonou as cinco escolas sucateadas, e tu vens aqui destilar ódio à querida Dilma, que está bem no Banco do Brics. Então, Ramiro, tem vergonha, porque toda vez que tu subires aqui para tirar o extrato da realidade e não falar tudo, eu vou lembrar que tu eras secretário do governo Marchezan, aliás, o Marchezan criou uma secretaria só para ele lá, misturou um monte de coisa e começou a dar errado o DMAE quando o DMAE estava no colo do Ramiro. Então hoje, falta água na cidade, o esgoto não é tratado, a conta é dele também. Aí ele vem agora falar que a Dilma, que sofreu um golpe em 2016, é a culpada de cinco escolas na cidade que nem o Marchezan nem o Melo fizeram. Tem uma que só faltam 8% para a escola voltar a funcionar.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): V. Exa. Permite um aparte?

VEREADOR JONAS REIS (PT): Não concedo aparte a V. Exa.! Porque V. Exa. teve cinco minutos para falar bobagem, são os meus cinco minutos para desmentir V. Exa. aqui. Não tem aparte. Quer aparte? Vá procurar lá fora da Câmara, aparte, com os seus cupinchas. Aqui é a hora da verdade. V. Exa. não tem palquinho aqui. Vá pedir aparte ao Marchezan, que não fez uma escola pública nesta cidade. Vá pedir aparte ao seu Aécio Neves,



que foi triturado pela Dilma. A mágoa dele é que o Aécio Neves foi triturado pela Dilma nas urnas.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Ver. Jonas, vamos nos ater ao tema.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Essa é a mágoa do PSDB de sapatênis. Ele saiu do PSDB e o pessoal do PSDB agradece. E ele vem aqui pedir aparte. Onde já se viu, aparte para o Ramiro no momento em que a gente discute educação pública? Eu dou aparte para quem defende vaga para criança, não para demagogia barata. Então, eu quero concluir o meu raciocínio dizendo que se Porto Alegre deu quatro anos anteriores para o Melo, nós aprovamos compra de vagas, ele não resolveu o problema, agora ele quer de novo? Eu não concordo. Porque quando meteram o privado dentro da SMED, deu prisão da secretária de educação. Foi o privado. O tal do Jajá foi para a cadeia também. Eu quero é mais conveniamento, eu quero é mais dinheiro para as conveniadas. Sabem quanto é que pagam por um aluno na conveniada? Pagam R\$ 850. E agora, para o privado são R\$ 1.300. A matemática do governo Melo é linda. Por isso que as trabalhadoras da rede conveniada, que são mais de 200 escolas, não recebem o piso, vereadoras e vereadores. Eles não querem pagar o piso a essas escolas. Eles querem pegar o dinheiro da educação e largar para instituições privadas. Nada contra, mas – para concluir, Presidente – tudo a favor às escolas públicas, às escolas parceirizadas, conveniadas e não a esse jeitinho que é tirar dinheiro público e jogar no privado para virar lucro. Comigo não!

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Agradecemos ao Ver. Jonas Reis.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): É uma questão de ordem importante aqui, só para que conste, inclusive, aqui nos registros da Casa, que



nós estamos em discussão e que caberia aparte. Inclusive, durante a minha fala, eu pedi que qualquer vereador do PT ou da esquerda pudesse refutar os fatos que eu trouxe na tribuna. Agora, o Ver. Jonas Reis não concedeu o aparte, na verdade ele pipocou.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Registrado, obrigado, vereador. Ver. Jonas, 30 segundos, só para nós passarmos a régua.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Querido Ver. Ramiro, vá pedir aparte ao Marchezan, que era seu prefeito.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito obrigado aos vereadores.

O Ver. Rafael Fleck está com a palavra para discutir o PLE nº 033/24, pelo governo.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Presidente dos trabalhos, Ver. Tiago Albrecht, colegas vereadoras, colegas vereadores, o que me faz subir aqui na tribuna é esclarecer quanto ao valor *per capita* de cada aluno e aluna da rede parceirizada do Município de Porto Alegre, Ver. Oliboni. O Município tem disponibilizado o valor de R\$ 850,72 para cada aluno, mas a escola que tiver 60 alunos ou menos recebe um *plus* de 20%. Se a escola tem um maternal, um berçário, melhor dizendo, ela recebe um aporte financeiro por criança de R\$ 365,00. Então, o valor, hoje, das escolas... E isso para 10 horas de atendimento. Nas 12 horas, que é a nossa grande maioria, escolas com 60 alunos ou menos, R\$ 1.365,00, mais o *plus* berçário de R\$ 359,00, e acima de 73 alunos, R\$ 1.137,00. Então essa é a realidade das nossas escolas parceirizadas.

Eu queria aproveitar a minha estada aqui na tribuna, eu pedi para a assessoria técnica aqui do plenário nos colocar ali no telão as fotos da nova escola que iniciou hoje, a escola Rainha das Águas no Lami, no Extremo-Sul



de Porto Alegre. (Procede à apresentação de imagem.) Essa escola, se eu não me engano, está atendendo 107 crianças, inclusive com berçário, e zerou a fila de vagas lá no Extremo-Sul de Porto Alegre. Está aqui o Ver. Gilson Padeiro, não se encontra no plenário, mas o vereador hoje foi fazer a visita na escola e também teve a certeza da qualidade que as nossas escolas parceirizadas, meu líder Cecchim, estão efetuando nos 20 mil atendimentos diários de Porto Alegre. Então, com o intuito de esclarecer o valor real repassado pelo governo de Porto Alegre e comprovar o belo atendimento, Presidente, que as escolas parceirizadas efetuam em nossa cidade, subo a tribuna para esclarecer os fatos. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Nós é que agradecemos, Ver. Rafael Fleck.

Não há quem queira discutir. Em votação o PLL nº 033/24. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. José Freitas, à Emenda nº 09 ao PLE nº 033/24.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 09 ao PLE nº 033/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

O Ver. Giovani Culau está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 033/24.

VEREADOR GIOVANI CULAU e COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Presidente. Mais uma vez, cumprimento os meus colegas vereadores e vereadoras. Eu aguardo, Ver.^a Karen, um momento de encaminhamento para poder colaborar no debate. Eu confesso que esse tema, aparentemente



simples, na verdade, é de fato um tema complexo. E eu te ouvi atentamente, Ver.^a Karen, e tem muita justeza os temas que tu trouxeste aqui para o debate, porque, veja, nós, quando chegamos nesta Casa, em alguma medida nos deparamos com o dilema de debater a nossa visão de mundo, o nosso projeto de cidade e, por consequência, o nosso modelo de educação, de saúde. E, por vezes, isso se transforma em um dilema, porque aqui, por vezes, temos que tomar decisões que têm um caráter conjuntural. Muitas vezes nos submetemos às imposições da correlação de forças aqui. Não sei se me faço entender, mas o que eu quero defender aqui é o nosso direito de, independentemente do voto pragmático que, por vezes, damos, que nós possamos fazer a discussão sobre a visão de cidade que nós defendemos e o modelo de educação que nós defendemos. E o modelo de educação, sim, que nós defendemos, Ver.^a Karen, é o modelo de uma educação pública assegurado aos estudantes da nossa cidade, às crianças da nossa cidade. E eu confesso, Ver. Ramiro, que eu estou bastante surpreso com a sua participação nesse debate. Surpreso porque o senhor fala aqui do governo Dilma, fala dos governos do PT, mas a gente poderia ter perguntado ao Ramiro quantas creches o governo Bolsonaro fez. Mais do que isso, a Constituição... Talvez você é pego de surpresa, Ramiro, eu coloco isso porque o governo Bolsonaro não produziu avanço algum na educação no nosso País. O governo Dilma entregou muito mais creches, no Rio Grande do Sul e no Brasil, do que o governo Bolsonaro, mas, acima de tudo, a questão que eu quero chamar a atenção é que a Constituição Federal distribui competências prioritárias, e a competência prioritária com a educação infantil é do Município. Então, nós ficamos aqui discutindo os governos do PT e nós não discutimos como deveríamos a responsabilidade do Melo com a carência de vagas na educação infantil nesta cidade. E digo do governo Melo, também enquanto representante de um ciclo de 20 anos.

Então não vamos alterar o foco central da discussão, que é a responsabilidade dos últimos 20 anos dos governos de Porto Alegre em que os governos passaram e as famílias sofrem com a falta de vagas para as suas filhas e para os seus filhos. Quem precisa responder, acima de tudo, pelas



obras inacabadas nas creches da nossa cidade são os governos municipais, inclusive desde o governo em que o senhor foi secretário, como bem lembrou o Ver. Jonas. O senhor foi secretário de um dos piores governos da história desta cidade, que foi o governo Marchezan. Quando nós olhamos para o Extremo-Sul da cidade, Ver. Fleck, que trouxe elementos importantes sobre a nossa região da cidade, veja, Ver.^a Natasha, o governo Melo anunciou, em 2022, que ia retomar seis obras de creches inacabadas na nossa cidade. Não retomou. Aí, em 2023, o governo Melo anunciou que ia retomar cinco das creches inacabadas, e não retomou. Então, não venham aqui alterar o foco da discussão. O foco da discussão é a carência de vagas na educação infantil da nossa cidade. E não há dúvida que a grande responsabilidade por essa carência é dos governos municipais, fundamentalmente os recentes, porque, inclusive, quando havia administração popular em Porto Alegre, foi quando mais se construiu escola municipal de educação infantil na história desta cidade. E, nesse momento, eu e a bancada do PCdoB votaremos favoravelmente, sim, ao projeto, mas porque, infelizmente, nós fomos derrotados naquilo que nós seguimos convictos que é o mais adequado, que é a garantia de vagas públicas. Porque só ela, inclusive, como disse a Ver.^a Juliana, é que garante mais recursos para a educação da cidade, acessando os recursos do Fundeb, é ela que garante e assegura que o professor e todos os profissionais de educação tenham qualidade, que a infraestrutura da escola tenha qualidade. Por uma questão conjuntural e da correlação de forças, votaremos favoravelmente, mas não abrimos mão da defesa de um projeto que defenda a educação e a escola pública. Esse é o caminho e isso que tem sido desmontado pelo governo Melo, que levou a educação da nossa cidade para as páginas de jornais e para os escândalos de corrupção que viraram notícia nacional. Muito obrigado.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito obrigado, Ver. Giovanni Culau. A Ver.^a Grazi Oliveira está com para encaminhar a votação do PLE nº 033/24.



VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Oito mil cento e vinte e duas vagas, esse é o número que o governo apresentou na justificativa do projeto. Nós estamos com déficit de 8.122 vagas na educação infantil. Nós estamos falando aqui da falta de acesso de crianças ao direito à escola. Nós não somos loucos, e também não quero ser tratada como tal. Nós sabemos muito bem que o debate aqui é fundamental. Nós sabemos muito bem que é um direito da criança ter acesso à escola, e falei isso inclusive na segunda-feira, e vou reafirmar aqui de novo: nós vamos votar a favor, mas nós temos um projeto de sociedade que acreditamos e defendemos, que vamos defender até o final. O dinheiro público precisa ser investido na coisa pública. E nós estamos aqui debatendo e questionando o governo: até quando nós vamos seguir aqui nesta tribuna votando e defendendo a ideia de que comprar vaga em instituição privada é a melhor resolução para esse problema. Nós estamos há 20 anos com a mesma proposta de governo, e aí a gente está discutindo se constrói escola ou não constrói; escolas paradas ou não. Enquanto isso deveria ter sido feito antes. E nós vamos, daqui a um pouco, provavelmente no ano que vem, estar de novo votando aqui e aprovando o projeto de compra de vagas. Não é essa a jogada. O que nós precisamos refletir é sobre quais os interesses que nós temos por trás de tudo isso.

Eu vou dizer uma coisa bem séria: eu fui uma das poucas vereadoras a participar da audiência pública que teve na semana passada. E, além de ser uma maioria de empresárias participando dessa audiência, eu tive que ouvir muitas delas dizendo que o governo economiza comprando vaga ao invés de construir escola pública. Foi isso o que eu tive que ouvir; na audiência pública, fala de empresárias dizendo exatamente isso. O governo economiza comprando vaga ao invés de construir escolas. Mas qual é o papel do Estado? Me digam! Não, gente. É dinheiro público para coisa pública, gente. Não tem como a gente não ficar indignado com as narrativas que a gente escuta aqui na tribuna; são de desconhecimento, desconhecimento total. Nós queremos que



as nossas crianças sejam atendidas, acolhidas, tenham direito à educação. Mas nós queremos que o dinheiro público seja investido de forma pública.

Aqui, eu quero trazer um exemplo desse edital que foi aberto em fevereiro pelo governo em relação aos critérios para a seleção dessas escolas. Eu não sei se vocês leram o edital, mas uma das coisas que consta nesse edital é que as crianças de inclusão, quando acessarem as escolas particulares, receberão o valor em dobro. Aí o companheiro Fleck nos apresentou e nos mostrou aqui uma belíssima escola parceirizada, conveniada. As maiores parcerias que nós temos no Município são as conveniadas e parceirizadas. Ao invés de o governo ampliar essas vagas, como essa escola que foi mostrada aqui, não, ele está propondo aqui para nós a compra de vagas em uma instituição privada. Aí, vem o detalhe maior: as conveniadas não têm esse condicionamento de ganhar em dobro para crianças de inclusão. Qual é a diferença? Por que não há isonomia? O Fleck também esteve aqui falando dos valores. Mas, se vocês olharem com olhos de ver, mesmo assim há diferença de valores – e foi, inclusive, por isso que nós apresentamos as emendas.

Por fim, eu quero dizer para vocês que tive a graça de receber, e a companheira da Secretaria Municipal de Educação nos passou os dados das escolas que já fizeram credenciamento. Eu quero fazer uma sinalização, para encerrar, presidente: o bairro Rubem Berta, neste momento, necessita mais de 300 vagas; o bairro Lomba do Pinheiro, neste momento, necessita de 300 vagas, 325 vagas em específico – dados trazidos pelo Conselho Tutelar, Conselho Tutelar! Isso significa que a gente nem sabe daquelas pessoas que nem procuraram conselho. Por que eu estou dizendo isso para vocês? Porque na lista das escolas que já estão credenciadas para compra de vaga, nenhuma, vou repetir, nenhuma escola é na Lomba do Pinheiro, nenhuma escola é no bairro Rubem Berta. É sobre isso que nós estamos falando, é sobre assistir quem de fato precisa das vagas. A nossa luta é para garantir vagas para quem precisa. É isso!



PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 033/24.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Tiago Albrecht, meus caros colegas; Ver. Jonas Reis, com certeza, se fosse possível, lhe concederia o aparte, porque, ao contrário do senhor, eu acredito que esse tipo de debate é importante para que a gente possa ter a construção de verdadeiras práticas para entregar resultado às pessoas. Infelizmente, tu pipocaste antes aqui e não quiseste me conceder o aparte. Eu tenho que fazer um reconhecimento, Ver. Idenir Cecchim, aqui, ao Ver. Giovanni Culau e Coletivo e à Ver.^a Grazi, porque eles, ao contrário dos demais da esquerda, fizeram aqui uma crítica com relação à educação no nosso Município, contando os últimos 20 anos. Vários outros subiram aqui dizendo, desde 2017, desde 2017, desde 2017; pelo menos a Grazi e o Culau incluíram que foi desde 20 anos atrás. Eu imagino que o PT – justamente a Grazi, que é do PSOL, e o Culau, que é do PCdoB – tenha, de alguma forma, sempre buscado não falar em 20 anos, porque o Fortunati, que foi prefeito da cidade, dentro deste período, foi agora um dos maiores cabos eleitorais da Maria do Rosário. Ela andava com o Fortunati de mãos dadas para cima e para baixo, botava ele no programa de televisão, gravava vídeo com o Fortunati, dizendo que o Fortunati tinha sido o melhor prefeito da história da cidade e que ela se inspiraria nele. Que bom que o PCdoB e o PSOL incluíram o Fortunati neste bolo, nesta crítica, de uma situação verdadeiramente estrutural da nossa cidade, e que vejo agora, com muitos bons olhos, como uma iniciativa prática do governo, da gestão, para que a gente possa avançar e criar vagas.

O Giovanni Culau disse aqui que eu não poderia criticar a Dilma Rousseff por ter colocado inúmeros “elefantes brancos” na nossa cidade, creches inacabadas, porque no governo Bolsonaro não se entregou creche. Ou seja, eles sempre fazem o paralelo, não é? Não, esse aqui não é tão ruim assim porque o teu, o teu outro também não fez. Eu não quero viver num país de acusações, dizendo que a coisa está ruim porque o meu não fez ou o teu



não fez. Até mesmo porque eu não sou do partido do Bolsonaro, mas eu posso falar do meu partido. Eu posso falar do Partido Novo e de administração municipal.

Meus colegas, qual é a melhor educação do Brasil hoje entre os municípios? Qual é? Ninguém se arrisca a dizer? A melhor educação das cidades na educação do Brasil - e o dado não é meu, o dado é do IDEB, é, do IDEB. Não, municipal, Jessé, não é estadual, município do Brasil. Joinville, meus caros. Joinville se tornou na melhor cidade, na melhor educação municipal do Brasil na gestão do Partido Novo, na gestão de Adriano Silva. Como ele fez isso? Combate à infrequência escolar, monitoramento de aprendizagem, apoio a alunos com dificuldade, formação continuada para professores. Ele conseguiu fazer com que no IDEB, Joinville se posicionasse como a melhor cidade do Brasil, a melhor educação do Brasil em municípios acima de meio milhão de habitantes. Esta é a realidade do Partido Novo. Entrega real para os felizes moradores cidadãos de Joinville. Ah, Ramiro, mas o IDEB não mede a qualidade de ensino nas creches. É verdade, é verdade. Então vamos falar das creches? Antes do prefeito Adriano Silva, do Partido Novo, assumir a cidade de Joinville, como prefeito, havia mais de seis mil vagas de déficit de crianças para as creches. Seis mil vagas faltavam na cidade de Joinville, antes do Novo chegar. O Novo chegou, criou três mil vagas, está zerando agora, nos próximos anos, o número de vagas em aberto no Município. E isso a população de Joinville reconheceu, Ver. Giovani Culau. Reconheceu. Setenta e oito virgula sessenta e nove por cento de votação no prefeito Adriano, do Novo, em Joinville no 1º turno. Setenta e oito por cento! Nem os comunistas que tu defendes teriam índice de aprovação tão grandioso. Dizem que o Kim Jong-un, da Coreia do Norte, o qual o PCdoB já mandou cartinha de apoio inclusive, dizem que ele vai mandar um emissário aqui para Joinville, para tentar entender como é que se consegue índice de aprovação norte-coreanos numa democracia. Muito obrigado.



PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Nós é que agradecemos, Ver. Ramiro Rosário.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 033/24, pela oposição.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, vocês acabaram de ver aqui que subiu um vereador que está com amnésia momentânea. Ele se esqueceu do Aécio Neves. Olha que memória seletiva. O Ver. Ramiro Rosário está ficando especialista em lembrar de alguns detalhes, outros não. O Aécio Neves foi esmagado na urna; a Dilma mandou dinheiro às prefeituras, e as prefeituras não fizeram a sua contrapartida. Hoje, Porto Alegre tem menos creches, porque vocês não cumpriram com o dever que estava na Constituição. Educação pública de 4 a 17 anos é obrigatória! É dever do Estado. Mas o Estado, ele não é uma pessoa, o Estado não é uma entidade à parte, ele é administrado por um conjunto de indivíduos, partidos políticos que compõem governos. Então o governo de V. Exa. é culpado por hoje ter um projeto aqui para tentar sanar o problema da falta de vagas. Você é um dos grandes responsáveis, o teu governo, do Marchezan, a tua turma não fez escola na cidade, e aí você vem aqui, acha que vai subir, vai falar sozinho. Não vai falar sozinho, porque esta tribuna não é para ninguém falar sozinho. Aqui é o contraponto, porque você botou lá, o seu governo, o tal do secretário Adriano Neves Brito, que não fez uma escola. Aí vem o Ramiro achar que vai enganar a população, dizer que você é a favor da educação, que você é a favor de escola? Engraçado que, quando ele era secretário do Marchezan, ganhava o salário de secretário, tinha um monte de asseclas apaniguados. Naquela época, ele não falava nada contra o secretário de Educação. Não criou uma vaga nova, não deu uma remuneração a mais aos professores, não passou um real a mais para o conveniamento, naquele momento não existia Ramiro Rosário. É para vocês verem como a direita é seletiva. Esse é o chamado político camaleão. Conforme muda o ambiente, ele muda a cor, ele muda o partido, ele muda o



tom da fala e uma hora ele é pura crítica, e outra hora não. Então ele quer falar aqui até de Joinville, mas, na época que ele era secretário do Marchezan, ele não falava nem de Porto Alegre, mas hoje ele fala de Joinville.

Olhem só, Porto Alegre mergulhada no caos, sem energia elétrica, sem água, sem vaga na educação, e o vereador do partido NOVO, que fez um monte de votos na cidade, se dá ao luxo, ao desfrute de falar de Joinville. É por isso que a política vai mal, é por isso que a sociedade fala mal dos políticos, mas não vão falar de todos, não vão, porque eu não sou dessa turma, dessa laia.

Inclusive, quero reiterar, nós precisamos construir escola pública. Por isso que o Ver. Jonas Reis é a favor de construção de ambientes permanentes que vão ficar, ter uma escola pública, nunca um governante poderá tirar o direito da criança. Agora a vaga comprada, comprou hoje, amanhã, se não quiser não compra mais. Essa é a realidade, esse é o problema desse projeto. Não é que vai criar vaga momentânea, eu sou a favor de vaga momentânea, mas ela não é permanente. E o problema da educação, que V. Exa., Ver. Ramiro, não leu a lei, a Emenda Constitucional nº 59 – aprende aqui com o professor Jonas – de 2009, obriga o Estado a botar crianças de quatro e cinco anos na escola. E este Município tem sete mil crianças fora, por responsabilidade de V. Exa. quando foi secretário, esteve no governo, poderia pressionar para fazer escola pública, não fez nada, não fez nada. Aliás, veio aqui e votou o aumento do IPTU. Ele votou o aumento do IPTU, tem que lembrar quem é ele. Ele vem dizer que é a favor da mãe e do pai, ele votou o aumento do IPTU para tirar dinheiro do bolso da mãe e do pai, que teve que pagar o aumento do IPTU do Marchezan e não podia comprar vaga, então ele vem dizer que agora pode comprar vaga, agora o Estado pode comprar vaga, é claro, com o dinheiro do aumento do IPTU, que V. Exa. votou. Então, não venha mascarado, Ver. Ramiro, aqui; tire a máscara e mostre a cara da verdade dos seus votos nesta Casa, da sua postura como secretário.



PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito obrigado, Ver. Jonas Reis, pelo encaminhamento em nome do PT, aliás, em nome da oposição.

A Presidente, Ver.^a Comandante Nádia, está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 033/24.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Presidente Tiago, colegas vereadores; o PT, PSOL, PCdoB sobem aqui e nos comunicam que hoje tem greve.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Só um instante, Presidente, estamos com microfonia, vou restabelecer o seu tempo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): PT, PSOL, PCdoB sobem a esta tribuna e dizem que hoje os professores estão de greve, mas eu quero dizer também para os senhores que hoje choveram atestados médicos, incrível. No dia da greve... está com microfonia ainda. No dia da greve, Ver. Cecchim, os atestados médicos vieram aos borbotões. O que será isso? Que os funcionários da educação não querem fazer a greve, são pressionados pelos sindicatos e aí metem atestado ou metem atestado para não tirar as suas faltas. Isso eu gostaria de saber. Aliás, seria uma excelente CPI nesta Casa a quantidade de atestados que entram diariamente em todas as áreas, e na educação não é diferente. Quando nós falamos em educação, nós falamos em criança em sala de aula. E aqui, olha como é engraçado, a vereadora do PSOL que me antecedeu fala que o dinheiro é público. Não, vereadora, o dinheiro não é público, o dinheiro é de todos aqueles que pagam seus impostos. O governo municipal não tem dinheiro dele, tem dinheiro das pessoas que recolhem impostos, dos empresários que recolhem tributos. E mais do que isso, o pessoal da esquerda quer escola, quer concurso. Quem paga a conta? Da onde sai o dinheiro? O pai, a mãe que querem o seu filho na escola de educação infantil, para eles não interessa se é uma escola pública, se é uma



escola parceirizada, se é uma vaga comprada numa escola particular. O pai e a mãe querem a vaga do seu filho. E por incrível que pareça, esses vereadores que aqui vêm ainda vivem num mundo de Nárnia.

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Encaminhamento não tem aparte, senão eu lhe daria. Senão eu lhe daria com muito orgulho. Eu gosto da discussão, apesar do vereador do PT, do seu colega ali não ter me dado aparte. Aliás, o do PSOL que não me deu, desculpa. Mas eu lhe daria, com certeza, porque essa discussão é boa, é uma discussão salutar, é uma discussão que fala que o governo municipal está apresentando uma saída, uma saída para os pais, uma saída honrosa para as crianças. E aí que vejo a vereadora dizendo que, na Lomba do Pinheiro, não tem escola. Não? Não deve ter, mas em algum lugar, em algum outro bairro tem, e o pai e a mãe estão interessados em deixar seus filhos lá. Aliás, os pais e as mães trabalham; na ida para o serviço, deixam o filho. Eu me cansava de fazer isso para os meus filhos. Ia trabalhar e deixava perto do meu trabalho, não onde eu morava, para facilitar eu buscar meus filhos. Mas eu entendo que tem várias vereadoras que não são mães e não sabem a importância de ter uma escola. Volto a dizer, seja pública, seja parceirizada, seja com vaga comprada numa escola particular, o pai e a mãe querem a vaga. E vejam, é obrigatório que o Município ofereça vagas de 4 a 5 anos. E que bom que o nosso Município está oferecendo vagas de 0 a 5 anos e 11 meses, propiciando que mais crianças tenham a proteção de uma sala de aula, tenham o conhecimento chegando e tenham a tranquilidade dos pais que ali deixam seus filhos para aprenderem. É uma hipocrisia. É uma hipocrisia dizer que é pela criança, mas não luta para que essa criança efetivamente tenha uma vaga. Volto a dizer, as escolas iniciadas no governo do PT não foram terminadas. E isso, sim, é uma vergonha. Isso, sim, deveria estar sendo apontado aqui agora, porque o governo federal pode e deve terminar essas escolas. Eu falaria várias aqui em Porto Alegre. Vamos



juntos fazer com que o governo federal termine essas escolas para que a gente tenha mais vagas ainda para as crianças. É “sim” ao projeto, porque é “sim” pela família, é “sim” pela educação, é “sim” pelas crianças.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Perfeito, obrigado, Presidente Comandante Nádia, pelo encaminhamento. Questão de ordem, tenha a bondade.

Vereadora Juliana de Souza (PT): Questão de ordem, Presidente, corrigindo o que a Presidente Comandante Nádia falou na tribuna, os municipais e as municipais estão em greve em Porto Alegre até a próxima semana em virtude de 34% de perdas salariais. Nós estamos falando que, desde o período do governo Melo, uma professora de 40 horas nas escolas das periferias de Porto Alegre perdeu R\$ 48 mil reais, tem um salário de R\$ 3 mil reais, uma professora de 20 horas lá na Bom Jesus, na Lomba do Ribeiro, e é sobre esse motivo que nós estamos em greve.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Está registrado, Ver.^a Juliana, muito obrigado pela sua questão de ordem.

A Ver.^a Natasha Ferreira está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 033/24.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): O meu tempo está em cem minutos, eu acho que eu não vou falar esse tempo todo, Presidente.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Só um minutinho, eu estou tentando aqui, deu um probleminha aqui, vamos ver.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Acho que as vereadoras do PL iam gostar de me ver por mais de uma hora falando aqui, mas, particularmente, mulheres trans também cansam.



PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Agora, sim, tem a hora.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Obrigada, Presidente Tiago Albrecht. Bom, quero aqui, rapidamente dizer, como o pessoal fala, eu quero restituir a verdade, eu quero restituir a ordem, *ok?* Segundo a Constituição da República de 1988, ela estabelece que municípios devem atuar prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental. A Lei de Diretrizes e Bases, a LDB, determina que os municípios devem oferecer educação infantil em creches e pré-escolas. A prerrogativa do prefeito não está sendo cumprida. E aí vocês podem aqui espernear, falar do Lula, da Dilma, podem falar dos comunistas, porque é isso, isso aqui virou quase a Câmara dos Deputados Federais. Se fala do Lula, se fala da Dilma, mas não se fala de Porto Alegre, não se fala da cidade. Não, Bolsonaro nem vou citar, porque vocês não citaram o governo Bolsonaro, porque ele não mandou dinheiro para a educação, não construiu nada. O que ele fez foi matar 700 mil pessoas, isso que ele fez. Por isso que vocês não citam o Bolsonaro aqui. Por isso que vocês não citam ele aqui, porque ele não fez nada. Não fez nada, a não ser motociata. Agora eu quero dizer a vocês que as obras que o Ver. Ramiro antes falou, as obras que não foram concluídas, a escola do Lami. A escola do Lami foi construída com verba do governo federal, mas o Município fez uma opção política de não assumir a escola e investir em convênios privados. Isso é uma opção política de Porto Alegre. O governo federal tem dinheiro para construir as escolas. Quando a Ver.^a Nádia, a Barth, o Ramiro vêm aqui falar “porque as conveniadas, as crianças são importantes”, o prefeito Melo e o Marchezan estão agora, vão completar o fim dessa gestão, por 12 anos. Quantas escolas eles construíram? Nenhuma! E não tem nada, nenhum plano, nenhum projeto de construção de escola pública. É bizarro. Não tem 50 escolas públicas, mas tem mais de 230 conveniadas. Duzentas e trinta conveniadas! Mas eles querem dizer aqui que se preocupam com as crianças, que são importantes as vagas, porque os donos dessas creches, as donas, são pessoas que são



eleitores delas e deles, por isso que eles estão defendendo aqui. Porque nós, do PT, defendemos, e a Presidenta Dilma Rousseff foi quem fez o maior aumento dos programas de educação, inclusive, o Ciência Sem Fronteiras, a construção das creches. Mas ela foi “impeachmada” num golpe, Ver. Ramiro. Aí não tem, depois do golpe, como ela fazer construção. E quem assumiu depois? Quem assumiu depois que foi o Michel Temer, que interrompeu os gastos em educação e saúde com o teto de gastos. É óbvio que não vai ter construção aqui. Vocês querem distorcer a verdade, vocês são um bando de revisionistas políticos aqui na Câmara. Vocês ficam revisitando o passado: “Ah, o PT, o PT, o PT”. Sabe por que vocês falam do PT? Porque vocês não podem assumir a incompetência de gestão que vocês têm aqui em Porto Alegre. Vocês estão há 20 anos. Eles falavam isso aqui do Fortunati. Nós, inclusive, fizemos ato por conta da Copa, por conta das obras inacabadas em Porto Alegre no governo Fortunati. Nós não passamos pano para ninguém, muito pelo contrário. Agora, se ele se tornou um aliado para enfrentar o fascismo, bem-vindo, Fortunati, mas o governo dele não tem um balanço bom para o PT. Nós não mudamos a nossa posição. Agora, companheiras e companheiros, construção de escola, creche pública, vaga de crianças, merenda, contratação de professoras e garantir salário e carreira é dever do prefeito da cidade, é dever do Município. Vocês estão transferindo responsabilidade, isso é constitucional. O debate ficou em torno da Dilma, da Dilma, da Dilma. A Dilma fez o PAC, agora se Porto Alegre não tem um planejamento, vereadora, para trazer construção, para trazer o dinheiro para cá, não é culpa do governo federal. Não é culpa. Agora tem uma diferença dos governos federais, e aqui eu preciso destacar, como líder do PT, os nossos governos investem em educação, Ver. Oliboni; os nossos governos têm dinheiro para educação. O governo de vocês, vocês sabem, vocês sabem, o governo, o governo daquele que é réu e será preso, não investiu em educação. Não investiu. Por isso nós temos um hiato de investimentos do golpista Michel Temer até o fascista Jair Bolsonaro. Vocês não investiram. Por isso que vocês vivem de falar do PT, que é quem investiu. Só que vocês não têm plano, não têm projeto, por isso é que o



Porto Alegre não tem dinheiro. Nós do PT – para concluir, Presidente – achamos importantes as vagas, mas quero defender aquilo que vários defenderam: nós queremos escolas públicas, com dinheiro público, com professoras bem pagas e as crianças em segurança, com merenda e acompanhamento, principalmente do Conselho Municipal de Educação!

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado, Ver.^a Natasha, que encaminhou pelo Partido dos Trabalhadores.

Vereadora Comandante Nádia (PL): Ver.^a Natasha, só para relembrar: R\$ 35 milhões retirados do Ministério da Educação para a COP – isso é o governo Lula.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB): Presidente, eu vi que subiram na tribuna dois vereadores falando de uma escola no Lami com recurso federal. Gostaria que me explicassem onde fica, pois eu tenho 50 anos de Lami e não vi essa escola até hoje.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Perfeito.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB): Podem falar no bairro Lajeado, no bairro Hípica ou na Urubatã, mas no Lami é mentira.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado, Ver. Gilson Padeiro.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 033/24, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Vereador Tiago Albrecht, que está conduzindo brilhantemente esta sessão; senhoras e senhores vereadores, Ver.^a Natasha Ferreira Hoffmann, nome completo. Eu não vou



reclamar da senhora, Ver.^a Natasha, que não sabe certas coisas da cidade, não lhe contam, a senhora não lê, não vê como é que funcionam essas coisas. Só de escolas do Estado que o governo municipal está assumindo, são várias. Não preciso dar o número, mas a senhora disse que é nenhuma, a senhora também não sabe, então não pergunte. Não pergunte, a senhora não sabe, fez uma declaração que nenhuma, nenhuma, nenhuma, assim, é muito fácil. Eu sei que tem muitas recuperadas, não faltam prédios. É que a oposição confunde construir prédio com educação. A educação não é só construir prédio, os prédios existem, existe bastante vaga física nos prédios, muitas vagas físicas, então esse papo de não construir uma escola, isso é fria, é uma discussão para encobrir as incompetências. Eu gostei que a Ver.^a Natasha elogiou o Fortunati. Justo. O Fortunati saiu do PT, mas o PT nunca saiu de dentro dele, nunca saiu de dentro dele, então, já voltou, já está nos braços do PT. Eu não tenho dúvida nenhuma. E o vereador, o camarada Giovani Culau não gosta que eu fale dos “puxadinhos”, ele fica muito bravo com os “puxadinhos”, mas, Ver. Ramiro, o que é um partido que se atrela, se deita para um caminhão passar por cima, se for preciso? O PC do B, o próprio PSOL. Eu acho que o PSOL está reavaliando esse negócio de apoiar o Lula inconstantemente, eu acho que está reavaliando, porque não é fácil ficar apoiando um governo como o Lula, que desandou a maionese. A maionese do Lula se foi por água abaixo. E eles estavam esperando, hoje, pela próxima pesquisa do Quaest, o Sidônio, o milagreiro. Mas não se faz milagre com o Lula, não tem como fazer milagre com o Lula e com a Janja. A Janja vai para o Japão numa semana, e o Lula vai para o Japão na outra semana. Mas por que será? Estarão brigados os dois? Por que que não viajam juntos? Seria uma economia enorme, mas não. A pesquisa, quem esperava, deu com os burros n’água, o Lula desandou. Também pudera, Ver. Ramiro, o Lula disse que a Janja não é uma simples dona de casa. Mas que falta de respeito com as donas de casa, com as mulheres do Brasil inteiro! O Lula fazendo isso mais uma vez. Não respeita as mulheres, não respeita as donas de casa. Os eleitores, ele não precisa respeitar, pelo jeito, então, ele não dá bola para os seus eleitores. Mas essa



falta de respeito que ele tem tido com as mulheres do Brasil está se refletindo nessa rejeição. Se refletiu na rejeição ao Lula. E os puxadinhos estão repensando; os puxadinhos estão repensando esse apoio ao Lula de deixar de ser puxadinho. Eu conheço um puxadinho aí que tem posição bem forte. O PSOL já saiu de lá do PT, quando a coisa estava desandando. Desandou e saiu fora. E eu estou achando, Ver.^a Karen, eu estou achando que eles estão trilhando o caminho, repetindo o caminho. Não dá para aguentar o Lula. Eu não falo do PT porque aqui tem uns queridos colegas do PT, e eu sempre faço questão de excluir meus colegas aqui da Câmara do PT nacional. Olha, tem que ter, tem que ter muita paciência para ter um presidente como o Lula da Silva. Obrigado.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. Não há quem queira encaminhar... Ver.^a Cláudia Araújo.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Gostaria de fazer um requerimento para prorrogar a sessão por mais duas horas.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram...

(Manifestações no plenário.)

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Ver.^a Juliana, a senhora quer nominal?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Pode abrir uma Sessão Extraordinária de ofício, mas a prorrogação teria que ser votada.



PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Eu estou a mercê dos líderes, a gente deixa...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Vamos votar?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Se eventualmente esgotar o prazo da sessão, abrir, de ofício, uma extra, isso poderia.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Se houver entendimento, eu posso retirar o pedido e nós podemos abrir uma sessão extraordinária.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): É, eu vou abrir, de ofício, de qualquer maneira. Isso fique claro para o plenário.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Então, eu retiro de tramitação o meu requerimento. Nós podemos encerrar e abrir. O pedido é que nós façamos uma extraordinária...

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sim, eu vou abrir, de ofício, uma extraordinária, isso é ponto pacífico. Então, está retirado.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 033/24. V. Exa. tem cinco minutos sem apartes.

Reitero então, Ver. Mauro, só um instantinho, que este Presidente abrirá, de ofício, uma sessão extraordinária, assim que encerrarmos a presente sessão.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Tiago Albrecht, que preside esta sessão, demais vereadores, eu até não gostaria de vir nesta



tribuna falar de uma pauta que eu acredito que até os vereadores que são contra o governo vão votar favoráveis no final, porque, por mais que eles discutam ideologicamente aqui, eu não consigo acreditar que a ideologia esteja acima das vagas de escola para as crianças que hoje estão fora da escola e que o governo preocupado manda um projeto para cá, para que nós possamos autorizar a contratar vagas em escolas. Então, nós temos um déficit, esse déficit se arrasta há muitos anos. Aí, escutando os vereadores da oposição, eles falam que os vereadores do governo gostam muito de falar do governo, do mau governo do PT, e citam sempre: vocês entram no assunto de falar mal do governo do PT? Sim, primeiro, porque tem muita coisa errada, então é fácil falar, não precisa pensar muito para achar algo errado que aconteceu. E depois, eles querem inverter a culpa, falar que as escolas inacabadas é culpa do governo do Marchezan, do governo do Melo, das obras inacabadas das escolas infantis que iniciaram e não acabaram. Mas aí você vai ali, como diriam alguns, dá um Google e vê que as escolas estão acabadas, que era uma promessa de campanha de 2010, da então candidata Dilma Rousseff, que prometeu as escolas infantis e que depois iniciou muitas obras, e a grande maioria delas não acabou. E pior ainda, quebraram as empresas, porque ela não repassou o recurso. A tecnologia que foi utilizada para a construção dessas escolas infantis é uma tecnologia de uma única empresa, não sei por que era só uma empresa que tinha tecnologia de fazer a obra. Será que eles queriam contratar essa empresa? Porque não era uma tecnologia que era de todas, que várias empresas, Ver. Gilvani o Gringo, que conhece bem essa história, eles contrataram para construir as escolas uma tecnologia que só tinha uma empresa que podia construir, e quando a empresa quebrou, os governos posteriores, tanto o Michel Temer quanto o Bolsonaro, não podiam contratar a empresa, porque a empresa estava quebrada. Eles conseguiram, além de tudo, quebrar a empresa. E agora diz que o culpado é o governo municipal, que não terminou as escolas infantis. Além disso, eles querem saber, do governo Bolsonaro, por que não terminou as creches. Ele não terminou aquelas creches, até porque não tinha como, porque as escolas eram inacabadas por



uma empresa que não existia mais. Mas quando a gente vai ver, nós temos aqui, a primeira notícia que eu pego, governo de 2021: 629 obras de infraestrutura educacional, financiadas com recursos do governo federal, foram concluídas de janeiro a novembro de 2021. Este é um dos investimentos do governo federal para a educação básica, com o intuito de fortalecer o desenvolvimento da educação brasileira desde a base. Desse total, 189 obras fazem parte do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância. Realmente, então, teve investimento, que não foi o suficiente para terminar as escolas. Mas aí, acaba-se entrando na questão ideológica. A esquerda – o PT e outros partidos, outros puxadinhos –, vem aqui e diz que é contra a contratação do serviço das empresas privadas para resolver o problema de falta de escola. Mas vocês serão contra o projeto, ideologicamente, porque vocês são contra o recurso para contratar vagas e deixarão essas mães que estão lá com seus filhos sem vaga? Eu acredito que até mesmo essa esquerda ultrapassada, que pensa muito mais no sindicato e no partido do que em resolver os problemas da população, não terá coragem de votar contra o projeto, porque sabe que é a solução mais rápida para resolver o problema das faltas de vagas nas escolas, de forma urgente, e a forma mais barata. Claro que nós somos, sim, favoráveis às parcerias e acreditamos que é a melhor forma de nós termos uma educação básica infantil nas escolas através das parcerias, mas como não temos nem tempo e nem recurso suficiente para contratar as parcerias, vamos contratar, sim, as escolas infantis particulares para resolver o problema de Porto Alegre. E eu desafio a esquerda ultrapassada de votar contrário, porque ela sabe o quanto esse projeto é importante e bom para a cidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado, Ver. Mauro. Não havendo mais inscrições, está encerrado o encaminhamento. Solicito a abertura do painel para a votação a Emenda nº 03, de autoria dos vereadores Pedro Ruas, Juliana de Souza, Atena Roveda, Grazi Oliveira *et al.* A discussão



é global, é sobre todas as emendas e projetos, bem como os encaminhamentos – só para esclarecer a nobre colega. (Pausa.) Não temos emendas destacadas, informa aqui a Diretoria Legislativa. Então, estamos votando a Emenda nº 03, de autoria dos vereadores Pedro Ruas, Juliana de Souza, Atena Roveda, Grazi Oliveira *et al.*

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Presidente, nós temos um acordo, porque foram retiradas emendas para que nós aprovássemos as Emendas nºs 03, 07, 08 e 09. Isso é o que foi acordado, mas está liberada a base para votar como entender. Nós acordamos tirar as emendas e nós, liderança, vamos votar favorável.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Está bem, essa então foi a vice-líder do governo informando que há um acordo entre oposição e governo a respeito da retirada das Emendas nºs 02, 04, 05 e 06. Estamos votando a Emenda nº 03.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só para esclarecer, quando não há destaque nas emendas, os encaminhamentos são feitos globalmente, do projeto e das emendas.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Pessoal, eu gostaria só de fazer uma pequena correção. Eu abri, de ofício, o painel, mas não era a minha intenção; então, eu gostaria de fechar o painel e botar para votação; e, se alguém pedir nominal, eu vou abrir.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Não, mas eu não queria abrir de ofício. Eu vou abrir “da cabeça”. Então, vamos à votação da



Emenda nº 03, então está bem, está aberto, nominal. Está valendo, está valendo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Não, então, vamos fazer certinho. Vamos abrir o painel a partir do pedido nominal. A partir de agora, será aberto o painel. Fecha este painel, fecha, vai voltar em seguida, fecha este painel. (Pausa.)

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Não, mas já foi discutido, vereadoras. Só um instantinho. (Pausa.)

Peço a abertura do painel e que as senhoras e os senhores vereadores registrem os seus votos.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver.^a Mariana Lescano, a Emenda nº 03 ao PLE nº 033/24. (Pausa.) Estamos votando a Emenda nº 03, do Ver. Pedro Ruas, Juliana de Souza, Atena Roveda, Grazi Oliveira, entre outros. Solicito que o tempo conste também no nosso painel eletrônico, se for possível. Estamos com um probleminha técnico, eu vou registrar aqui então o tempo. (Pausa.) Mais dez segundos. Mais cinco segundos. Consulto se alguém não conseguiu registrar o seu voto? Peço fechamento do painel. (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 19 votos **SIM**; 10 votos **NÃO**. Está aprovada a Emenda nº 03.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Fernanda Barth e pelo Ver. Coronel Ustra, a Emenda nº 07 ao PLE nº 033/24. (Pausa.) Consulto se alguém não conseguiu registrar o seu voto? Peço o fechamento do painel. (Após a apuração nominal.) **APROVADA** com 21 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**.



Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, essa emenda eu acho que alguns vereadores não entenderam. A emenda era para manter os filhos de uma mesma família numa mesma escola, e os vereadores votaram contra isso. Não dá pra entender.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Me perdoe, já existe, já existe essa previsão no ECA, no art. 53, inciso 5. É o tipo de coisa que só faz essa Câmara de Vereadores perder tempo, porque estamos legislando sobre algo que já existe.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado aos vereadores. Está encerrada a presente sessão. Solicito a abertura do painel para a 010ª Sessão Extraordinária, direto na Ordem do Dia, para seguirmos as votações. Me informa o nosso sempre e quase vereador diretor legislativo Luiz Afonso, que, em havendo quórum, essa sessão terá a duração de até 4 horas.

(Encerra-se a sessão às 18h49min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)
